



COMPROVANTE DE ABERTURA
Processo: Nº 2280/2023 Cód. Verificador: 1B36MMJ5

Requerente: 250325 - COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO AILOS
CPF/CNPJ: 05.463.212/0001-29
Endereço: Rua GENERAL OSORIO Nº 1180 **CEP:**89.041-002
Cidade: Blumenau **Estado:**SC
Bairro: VELHA
Fone Res.: Não Informado **Fone Cel.:** Não Informado
E-mail: Não Informado
Assunto: SETOR DE LICITAÇÃO
Subassunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS
Data de Abertura: 27/12/2023 16:07
Previsão: 26/01/2024

Telefone Requerente

Celular: (47) 3231-4121

Documentos do Processo

Quantidade de Documentos: 0 **Quantidade de Documentos Entregues:** 0

Observação

Entrega de Envelope para Credenciamento no Chamamento Público nº 003/2023.

COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO
AILOS
Requerente

RICARDO FIORI
Funcionário(a)

Recebido

Et

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA

À Prefeitura Municipal de Marmeleiro
Setor de Licitações e Contratos
Marmeleiro – PR

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no **CREDENCIAMENTO** de instituições financeiras para prestação de serviço de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Município, por meio de guias emitidas com código de barras padrão Febraban – Federação Brasileira de Bancos pelo setor responsável do Município de Marmeleiro, e respectiva Prestação de contas, por meio eletrônico, dos valores arrecadados, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023, divulgado em (data da divulgação).

Razão Social: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO AILOS
CNPJ: 05.463.212/0001-29
Telefone: 47 3231-4121
E-mail: convenios@ailos.coop.br
Endereço: Rua General Osório, nº 1180
Bairro: Velha
Blumenau, Santa Catarina, CEP 89041-002

Informar Agência e Conta para pagamento.

(A conta deve ser no nome do credenciado)

BBanco do Brasil / nº da instituição: 001 / Agência nº 3125-9 / Conta nº: 76233-4

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias, a especificação dos serviços que temos a oferecer:

Item	Quant. estimada	Unid.	Descrição	Valor Unitário recebimento por
1	5.000	Un.	Serviço de Arrecadação por documento recebido nos guichês das agências bancárias/instituições financeiras.	2,24
2	7.000	Un.	Serviço de Arrecadação por documento recebido via internet banking ou aplicativo.	1,64
5	7.000	Un.	Serviço de Arrecadação por documento recebido nos terminais de autoatendimento	1,64
6	7.000	Un.	Serviço de Arrecadação por documento recebido via PIX.	1,92

Blumenau, 15 de dezembro de 2023.



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO - AILOS
CNPJ: 05.463.212/0001-29

Nome: Marcio Alexandre Obata
Cargo: Diretor de Riscos e Controladoria
RG: 21.475.471-6 – SSP/SC
CPF: 112.343.388-74

Nome: Renato Ribeiro Pescara
Cargo: Diretor de Crédito e Financeiro
RG 18.415.282-3 – SSP/SP
CPF: 083.434.928-03





BANCO CENTRAL DO BRASIL



Ofício 1.871/2023-BCB/Deorf/GTPAL
Processo 0000223285

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2023.

À
Cooperativa Central de Crédito - Ailos

A/C do Senhor
Ivo Jose Bracht - Diretor Executivo

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou a reforma estatutária, conforme deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 22 de dezembro de 2022.

2. Registramos o remanejamento, na Diretoria Executiva, do Sr. Renato Ribeiro Pescara, do cargo de Diretor Financeiro e Administrativo para o cargo de Diretor de Crédito e Financeiro.
3. Sugerimos que revisem a redação do *caput* do artigo 53, pois não parece fazer sentido a ordem decrescente de idade ali prevista.
4. A propósito, em cumprimento ao contido no artigo 2º, § 2º, da Resolução BCB nº 108, de 24 de junho de 2021, comunicamos que o prazo para análise e decisão do pleito é de 90 dias, contados da data do protocolo.
5. Anexamos o estatuto social consolidado com as alterações aprovadas no referido ato societário.

Atenciosamente,

Luciano Gunther Peixoto
Gerente-Técnico Substituto

Diego da Rosa Real
Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em Porto Alegre (GTPAL)
E-mail: gtpal.deorf@bcb.gov.br

1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

f
R. J.



ESTATUTO SOCIAL
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO – AILOS

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA VINCULAÇÃO SISTÊMICA

Capítulo I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E ÁREA DE AÇÃO.

Art. 1º. Sob a denominação de **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO – AILOS**, constituída em Assembleia Geral, na data de 13 de setembro de 2002, é uma cooperativa central de crédito, de natureza civil, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, regida pela legislação cooperativista do Sistema Financeiro Nacional e pelo Código Civil, bem como pela regulamentação baixada pela autoridade normativa, por este Estatuto Social e demais normas internas, tendo:

- a) sede e administração na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua General Osório, nº 1180, Velha;
- b) foro jurídico na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina;
- c) área de ação, para efeito de admissão de Cooperativas Singulares, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil, circunscrita aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- d) prazo de duração indeterminado e exercício social de 12 (doze) meses, com término em 31 de dezembro de cada ano.

Capítulo II

DA VINCULAÇÃO SISTÊMICA

Art. 2º. A Cooperativa Central, em conjunto com as Cooperativas Filiadas, constitui um sistema cooperativo de crédito denominado Sistema Ailos, o qual tem a missão de oferecer soluções financeiras, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde atua.

Art. 3º. O Sistema Ailos, bem como a Cooperativa Central e as Cooperativas Filiadas consideradas individualmente, reger-se-ão pelas normas do presente Estatuto Social, do Regimento Interno da Cooperativa Central e pelas demais diretrizes sistêmicas, as quais possuem caráter vinculante.

§ 1º. O ingresso de cooperativa singular no quadro social da Cooperativa Central, depende da aprovação da maioria de seus associados votantes que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados.

§ 2º. O ingresso e a permanência das Cooperativas Filiadas no quadro social da Cooperativa Central, bem como o uso da marca “Ailos” ou de qualquer outra marca de titularidade da Cooperativa Central, estão condicionados à observância, em especial:

- I – das normas da Cooperativa Central, definidas pelo conjunto das Filiadas, sobre o uso da marca;
- II – dos limites relativos à solidez patrimonial e de desempenho econômico, financeiro, de liquidez e demais limites operacionais, nos termos da regulamentação oficial e de conformidade com os padrões internamente definidos no âmbito da Cooperativa Central;

2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

f
LJ

III – da regulamentação oficial e da própria Cooperativa Central quanto a risco de mercado, de liquidez, risco de crédito, risco operacional, socioambiental, risco de imagem e sobre a participação no(s) fundo(s) garantidor(es).

Art. 4º. À Cooperativa Central como coordenadora das ações de suas Filiadas, ficam outorgados poderes de:

I – representação, notadamente para tratativas junto a entidades, órgãos e autoridades governamentais, podendo, em qualquer esfera, pública ou privada, firmar acordos, contratos, convênios e celebrar outros ajustes de interesse geral das Cooperativas Filiadas representadas ou assistidas, permitida, para tanto a designação, conforme a especialidade e abrangência dos assuntos;

II – representação das Cooperativas Filiadas, judicial e extrajudicialmente, independente de mandato ou de autorização assemblear específica, sempre que isso se fizer necessário à defesa dos interesses e direitos relacionados às atividades que a elas estejam relacionadas, podendo, para tanto, valer-se de todos os instrumentos processuais previstos na legislação pertinente;

III – implementação, no âmbito de sua abrangência, das diretrizes definidas por este Estatuto Social, pelo Regimento Interno e demais normas regulamentares da Cooperativa Central, inclusive quanto às estruturas administrativo-funcional e operacional próprias e das Cooperativas Filiadas.

Art. 5º. A Cooperativa Central, com vista a excelência do processo de autogestão, poderá proceder nas Cooperativas Filiadas medidas de monitoramento, supervisão, orientação administrativa e operacional e/ou de planos de recuperação e medidas saneadoras, se necessárias, na forma do estabelecido no presente Estatuto Social e no Regimento Interno, destinadas a prevenir e corrigir situações anormais que possam configurar infrações a normas legais e normas regulamentares internas da Cooperativa Central ou acarretar risco para a solidez das Cooperativas Filiadas e/ou da própria Cooperativa Central, estando autorizada a desenvolver e desempenhar as seguintes ações e funções, dentre outras:

I – supervisionar o funcionamento das Cooperativas Filiadas, inclusive promovendo auditoria operacional interna, com vistas ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor e também das normas próprias definidas no âmbito da Cooperativa Central para o conjunto das Cooperativas Filiadas, podendo examinar livros e registros contábeis e outros papeis, documentos, informações e dados relacionados com as suas atividades, e manter à disposição do Banco Central do Brasil, ou mesmo encaminhar prontamente a este, se motivos graves ou urgentes o determinarem, os relatórios que decorrerem da verificação;

II – escolher e contratar entidade para a realização da auditoria nas demonstrações financeiras das Cooperativas Filiadas;

III – adotar medidas para assegurar o cumprimento das normas em vigor referentes à implementação de sistema de controles internos e à certificação de empregados das Cooperativas Filiadas;

IV – conduzir o processo de recrutamento e seleção dos recursos humanos das Cooperativas Filiadas e promover a formação e capacitação, inclusive mediante processo de certificação, quando for o caso, dos membros de órgãos estatutários, dos associados, dos empregados e demais colaboradores destas, bem como dos componentes de órgãos sociais e os integrantes da equipe técnica da própria Cooperativa Central;

V – coordenar, com os poderes inerentes, a participação das Cooperativas Filiadas no Sistema de Pagamentos Brasileiro e no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papeis, inclusive, em

3



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

1
R J

nome delas, firmando compromisso de honrar as obrigações daí decorrentes e as contraídas por movimentações na conta "RESERVA BANCÁRIA" do banco conveniado ou na Conta Liquidação da Cooperativa Central junto ao Banco Central do Brasil, e a utilização de linhas de liquidez, podendo determinar, por decisão do Conselho de Administração, a exclusão da Cooperativa Filiada se deixar de cumprir quaisquer das regras previstas no convênio específico;

VI – realizar, com os poderes inerentes, a centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas Filiadas, representadas por todos os recursos e valores de conta própria destas e aqueles captados sob qualquer forma e não repassados aos seus associados, cujas operações deverão ser processadas diariamente, buscando maximizar a rentabilidade, com riscos reduzidos;

VII – instituir e administrar fundo(s) garantidor(es), na forma da regulamentação vigente;

VIII – instituir e manter estrutura de Ouvidoria, nos termos da legislação e normativos vigentes, devendo sua atuação ser pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, podendo exigir das Cooperativas Filiadas o acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, assim como requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades;

IX – exigir das Cooperativas Filiadas a elaboração de plano de recuperação e saneamento, com fixação de metas e prazos;

X – comunicar ao Banco Central do Brasil irregularidades ou situações de exposição anormal a riscos, identificadas em decorrência do desempenho das atribuições de que trata o presente artigo, inclusive medidas tomadas ou recomendadas e eventuais obstáculos para sua implementação, destacando as ocorrências que indiquem possibilidade de futuro desligamento;

XI – exigir, em caráter temporário, a implantação de sistema de administração em regime de cogestão pela Cooperativa Filiada e pela Cooperativa Central, referendado pela Assembleia Geral, até que sejam sanadas irregularidades ou superados riscos de solidez da Cooperativa Filiada, assim como a formalização do competente convênio, definindo nele as diretrizes de atuação, monitoramento e homologação dos atos de cogestão durante o período de recuperação e saneamento da Cooperativa Filiada.

§ 1º. A filiação à Cooperativa Central importa, automaticamente, solidariedade das Cooperativas Filiadas, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio líquido, em relação às obrigações previstas nos incisos V e VI do presente artigo, bem como importa em adesão ao sistema de garantias recíprocas, na forma do disposto no presente Estatuto Social, relativamente às operações de crédito e aos repasses de recursos oficiais e privados realizados entre a Cooperativa Central e suas Cooperativas Filiadas.

§ 2º. O descumprimento por parte das Cooperativas Filiadas de quaisquer das exigências de que trata o presente Estatuto Social, o Regimento Interno ou as demais normas regulamentares da Cooperativa Central, ou ainda a ocorrência de situações anormais definidas no *caput* deste artigo não sanadas, resultará nas seguintes restrições, aplicadas alternada ou cumulativamente a critério do Conselho de Administração da Cooperativa Central, sem prejuízo da sujeição a outras sanções previstas em lei e em normas internas:

I – advertência formal aos administradores estatutários responsáveis;

II – multa pecuniária, na forma do estabelecido no presente Estatuto Social, no Regimento Interno e demais normativos da própria Cooperativa Central;

III – suspensão ou cessação de limites operacionais;

4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

f
R d 6

IV – suspensão ou cessação do acesso a operações e serviços operados através da Cooperativa Central, inclusive mediante convênio com bancos e outras empresas;

V – convocação, pela Cooperativa Filiada em conjunto com a Cooperativa Central, de Assembleia Geral para a tomada das providências cabíveis, podendo ser, dentre outras:

a) destituição dos membros do Conselho de Administração e/ou Fiscal;

b) designação de conselheiros de administração e/ou fiscal, até a posse dos novos conselheiros;

c) implantação, em caráter temporário, de sistema de administração em regime de cogestão pela Cooperativa Filiada e pela Cooperativa Central, conforme o previsto no art. 5º, XI, do presente Estatuto Social;

d) fusão ou incorporação a outra Cooperativa Filiada integrante do Sistema Ailos;

e) dissolução voluntária da Cooperativa Filiada e nomeação de liquidante.

VI – cessação do uso da marca “Ailos” ou de qualquer outra marca de titularidade da Cooperativa Central e eliminação da Cooperativa Filiada do quadro social da Cooperativa Central, caso as medidas indicadas nos incisos anteriores não surtam os efeitos esperados.

§ 3º. A aplicação das sanções previstas nos incisos I a VI do parágrafo anterior será precedida de notificação ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal da Cooperativa Filiada, conforme o caso, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem as razões que, no seu entender, desqualificam a infração ou o ato que fundamentou a notificação, as quais serão apreciadas, em igual prazo ou na primeira reunião que se seguir, pelo Conselho de Administração da Cooperativa Central, que comunicará a sua decisão ao(à) interessado(a), acolhendo as razões apresentadas ou aplicando a(s) restrição(ões).

§ 4º. A regra prevista no parágrafo anterior não se aplica nos casos em que a penalidade estiver regulamentada por norma específica.

TÍTULO II

DO OBJETO SOCIAL

Art. 6º. A Cooperativa Central tem por objetivo integrar, apoiar e fiscalizar as Cooperativas Filiadas, por meio do estabelecimento de diretrizes de atuação sistêmica com vistas à observância dos princípios da eficiência, da economicidade, da utilidade e dos princípios cooperativistas.

Art. 7º. A Cooperativa Central atua de forma integrada com suas Cooperativas Filiadas, promovendo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das Cooperativas Filiadas, integrando e orientando suas atividades, facilitando a utilização recíproca dos serviços, praticando todas as demais operações ativas, passivas e acessórias próprias de Cooperativa Central de Crédito e inerentes à sua condição de instituição financeira, obedecida a legislação pertinente, os atos regulamentares oficiais, este Estatuto e as normas internas estabelecidas por força da vinculação sistêmica. Adicionalmente visa:

I – difundir e fomentar o cooperativismo de crédito, desenvolvendo e estruturando programas de formação do quadro social das Cooperativas Filiadas, buscando o desenvolvimento dos associados e visando a preparação destes para cargos eletivos;

II – promover a integração entre as Cooperativas Filiadas;

III – assessorar as Cooperativas Filiadas nas atividades de desenvolvimento e expansão, prestando-lhes apoio jurídico e administrativo-organizacional;–

5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

[Assinatura manuscrita]

IV – monitorar o desempenho das Cooperativas Filiadas, acompanhando o estado econômico-financeiro destas, executando auditoria interna e inspeções periódicas diretas e indiretas;

V – instituir políticas institucionais, implementar estrutura e executar o gerenciamento dos riscos, dentre eles, os riscos de crédito, de mercado, operacional, socioambiental e de liquidez do Sistema Ailos, compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição do risco das instituições que o compõe;

VI – apoiar e promover a captação de recursos para as Cooperativas Filiadas através de parcerias com bancos privados, estatais e de desenvolvimento;

VII – unificar a comunicação do Sistema Ailos através da padronização dos materiais de comunicação, sites, assessoria de imprensa e campanhas institucionais;

VIII – fazer a gestão da infraestrutura de tecnologia e sistemas de informação.

§ 1º. A Cooperativa Central poderá prestar outros serviços complementares às atividades fins, e ainda, valer-se dos serviços de outras entidades ou empresas, especialmente em relação àquelas atividades que possam ser organizadas em comum com o objetivo de ganho de escala.

§ 2º. Para a consecução dos seus objetivos, poderá a Cooperativa Central firmar convênios com outras instituições públicas, privadas ou financeiras, com o objetivo de viabilizar o acesso aos serviços de cobrança, de Sistema de Pagamentos Brasileiro, de Compensação de Cheques e Outros Papéis e o repasse de recursos destinados ao desenvolvimento econômico e social das suas Cooperativas Filiadas.

§ 3º. A Cooperativa Central deverá propugnar pelo entrosamento do Sistema Ailos com o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, na forma em que vier a ser estruturado.

§ 4º. Na consecução de seu objeto social e em todos os aspectos de suas atividades, deverá a Cooperativa Central manter-se politicamente neutra e abster-se da prática de atividades que impliquem em discriminação racial, religiosa e social.

TÍTULO III

DAS COOPERATIVAS FILIADAS

Capítulo I

DA FILIAÇÃO, DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Seção I

Da Filiação

Art. 8º. O ingresso como Cooperativa Filiada é livre para todas as Cooperativas Singulares que desejarem utilizar os serviços da Cooperativa Central, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições previstas na legislação e neste Estatuto.

Art. 9º. O número de Cooperativas Filiadas será ilimitado quanto ao máximo, salvo impossibilidade técnica de atendimento, não podendo, porém, ser inferior a 3 (três) Cooperativas Singulares.

Art. 10. Podem associar-se à Cooperativa Central, aderindo automaticamente ao presente Estatuto Social, as cooperativas de crédito singulares urbanas que concordem com o presente Estatuto, sediadas na área de ação por este delimitada.

6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

h
f

Art. 11. Para adquirir a qualidade de Filiada, a cooperativa interessada deverá ter o seu ingresso aprovado pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração da Cooperativa Central, bem como pela Assembleia Geral dos Associados da cooperativa interessada, além de subscrever e integralizar as quotas-partes de capital social na forma prevista neste Estatuto, e assinar o Livro ou a Ficha de Matrícula.

Parágrafo único. Não poderão ingressar na Cooperativa Central e nem dela fazer parte, as cooperativas de crédito que exerçam qualquer atividade que contrarie, concorra ou colida com os objetivos do Sistema Ailos.

Seção II

Dos Direitos das Cooperativas Filiadas

Art. 12. As Cooperativas Filiadas regularmente admitidas e em dia com seus deveres e obrigações sociais têm direito a:

- I – tomar parte nas Assembleias Gerais da Cooperativa Central, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as vedações legais ou estatutárias, através de Delegados indicados em conformidade com este Estatuto e credenciados pelos seus Conselhos de Administração, bem como examinar e pedir informações atinentes à documentação das Assembleias, prévia ou posteriormente a sua realização;
- II – votar, por meio de Delegado e indicar seus representantes para concorrer às funções e cargos eletivos na Cooperativa Central, observadas as condições básicas que trata este Estatuto e os requisitos regimentais requeridos para o exercício do cargo ou da função;
- III – valer-se das operações e serviços oferecidos pela Cooperativa Central, cujas taxas e custos operacionais são fixados de acordo com as regras aprovadas no âmbito da Cooperativa Central pelo conjunto das Filiadas, e ainda, de acordo com este Estatuto e regras estabelecidas pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração;
- IV – valer-se das prerrogativas previstas em lei, neste Estatuto e em normas internas;
- V – propor ao Conselho de Administração e em Assembleia Geral, mudanças estatutárias e regimentais, bem como a adoção de providências de interesse da Cooperativa Central ou das próprias Cooperativas Filiadas, inclusive em decorrência de eventual irregularidade verificada na administração ou de infração normativo-estatutária cometida pela Cooperativa Central ou pelas Cooperativas Filiadas;
- VI – realizar com a Cooperativa Central as operações que correspondam aos seus objetivos, respeitadas as diretrizes sistêmicas instituídas;
- VII – submeter à apreciação da Cooperativa Central projetos e estudos concernentes ao desenvolvimento das suas atividades;
- VIII – demitir-se da Cooperativa Central quando lhe convier, desde que haja prévia deliberação dos associados da Cooperativa Filiada nesse sentido e respeitadas os procedimentos demissionais estabelecidos neste Estatuto Social e no Regimento Interno;
- IX – retirar capital, juros e sobras, nos termos deste Estatuto;
- X – tomar conhecimento do Regimento Interno e das demais diretrizes sistêmicas instituídas, solicitar quaisquer informações sobre os negócios da Cooperativa Central, bem como receber regularmente os relatórios, demonstrativos gerenciais, balanços e demais informações de interesse do Sistema Ailos.

7



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

f
R J

Parágrafo único. A igualdade de direitos das Cooperativas Filiadas, em conformidade com o presente Estatuto Social, é assegurada pela Cooperativa Central, que não pode estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais, exceto aquelas decorrentes de lei ou já contempladas neste Estatuto Social.

Seção III

Dos Deveres das Cooperativas Filiadas

Art. 13. A Cooperativa, para manter a sua condição de Filiada, obriga-se a:

- I** – cumprir e fazer cumprir fielmente a legislação vigente, as disposições deste Estatuto, do Regimento Interno da Cooperativa Central, e as demais normas internas que decorrerem de deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e de outros colegiados deliberativos alocados na Cooperativa Central relativamente a matérias de interesse do conjunto de suas Cooperativas Filiadas;
- II** – operar regularmente com a Cooperativa Central, cumprindo fiel e pontualmente as obrigações e demais compromissos com esta assumidos ou através dela;
- III** – integralizar as quotas-partes de capital na Cooperativa Central e manter atualizadas as suas informações cadastrais;
- IV** – zelar pelos interesses do Sistema Ailos, não adotando comportamento que implique abalo à sua imagem;
- V** – não exercer, dentro da Cooperativa Central, atividade que caracterize discriminação de qualquer ordem, manter a neutralidade política e ter sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se devem sobrepor os interesses individuais;
- VI** – cobrir sua parte nas perdas do balanço, se estas ocorrerem, na forma estabelecida no presente Estatuto Social;
- VII** – contribuir com a autofiscalização da Cooperativa Central, através de atuações e providências de responsabilidade mútua no cumprimento da lei, deste Estatuto e das normas de segurança;
- VIII** – contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos para cobertura das despesas da Cooperativa Central, conforme previsto no Regimento Interno da Cooperativa Central;
- IX** – participar ativamente da vida societária da Cooperativa Central, bem como dos eventos para os quais por esta for convidada;
- X** – conduzir suas operações ativas e passivas com rigorosa obediência às normas oficiais e internas;
- XI** – incentivar o cooperativismo em sua área de ação, mantendo estreito entrosamento com as cooperativas de outros segmentos;
- XII** – enviar regularmente à Cooperativa Central os seus relatórios, informações necessárias para a elaboração dos balanços e demais informações de interesse do Sistema Ailos;
- XIII** – comunicar à Cooperativa Central, imediatamente, toda e qualquer modificação em seus órgãos sociais, encaminhando todos os documentos pertinentes exigidos pelos órgãos oficiais;
- XIV** – não criar embaraços às auditorias realizadas em suas operações e serviços pela Cooperativa Central, diretamente ou através de entidades contratadas por esta;

8



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

l
et

XV – contribuir financeiramente com eventuais fundos e/ou reservas instituídas ou que vierem a ser instituídas.

Seção IV

Das Responsabilidades das Cooperativas Filiadas

Art. 14. As Cooperativas Filiadas, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa Central perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscreverem e pelo valor dos prejuízos verificados nas operações sociais, proporcionalmente à sua participação nas referidas operações, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a data em que forem aprovadas pela Assembleia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.

§ 1º. A responsabilidade das Cooperativas Filiadas, na forma da legislação vigente, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da Cooperativa Central, salvo nos casos dos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º. A Cooperativa Filiada que, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, der causa a prejuízo material ou moral à Cooperativa Central, responderá de forma direta e ilimitada pelo mesmo.

§ 3º. As Cooperativas Filiadas respondem, na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras, pelas obrigações contraídas pela Cooperativa Central perante o BNDES e a FINAME, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a FINAME, contratadas até a data em que se deu o desligamento.

Capítulo II

DO PEDIDO DE DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Seção I

Do Pedido de Demissão da Cooperativa Filiada

Art. 15. O pedido de demissão da Cooperativa Filiada ocorre unicamente a seu critério, após deliberação dos associados da interessada nesse sentido, em requerimento formalmente dirigido ao Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Central, que comunicará o fato aos demais membros do Conselho na primeira reunião que sobrevier, não podendo ser negado.

§ 1º. A Cooperativa Filiada somente poderá se desfiliar da Cooperativa Central quando estiver enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela legislação em vigor, desde que tenha a concordância:

I – da maioria de seus associados para tornar-se independente; ou

II – da maioria dos associados votantes que representem, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados, para filiar-se a outra cooperativa central de crédito.

§ 2º. O desligamento completar-se-á com a respectiva averbação, no Livro ou na Ficha de Matrícula, de termo assinado pelos Presidentes dos Conselhos de Administração da Cooperativa Filiada demissionária e da Cooperativa Central, observado o disposto nos arts. 20, 21, 23 e 24 do Regimento Interno.

§3º. A Cooperativa Filiada que deixar o quadro social na forma deste artigo ou em razão de eliminação ou exclusão, não mais poderá usar ou fazer referência, independente da forma, à marca “Ailos” ou a qualquer outra marca de titularidade da Cooperativa Central ou ainda, a



Handwritten initials and a checkmark.

quaisquer produtos de uso exclusivo das cooperativas integrantes do quadro social da Cooperativa Central.

Seção II

Da Eliminação

Art. 16. A eliminação de Cooperativa Filiada, de competência do Conselho de Administração é aplicada em virtude das seguintes infrações:

- I – infração a dispositivo legal ou regulamentar;
- II – infração a este Estatuto, especialmente em relação aos deveres de que trata o art. 13;
- III – prática de atos contrários ao espírito cooperativista e à harmonia do quadro associativo;
- IV – danos materiais ou morais causados à Cooperativa Central, às Cooperativas Filiadas ou ao Sistema Ailos, especialmente ao deixar de cumprir compromissos assumidos em seu nome pela Cooperativa Central, com o poder público ou com entidades privadas;
- V – levar a Cooperativa Central à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações assumidas pela Cooperativa Filiada ou contraídas em seu benefício;
- VI – exercer qualquer atividade considerada prejudicial ao Sistema Ailos ou que colida com os seus objetivos;
- VII – descumprir as normas regulamentares da Cooperativa Central, notadamente pela prática de atos que caracterizem gestão temerária, inclusive aqueles praticados pelos seus conselheiros de administração, fiscal, ou membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A eliminação somente poderá ocorrer se a Cooperativa Filiada estiver enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela legislação em vigor.

Art. 17. A eliminação em virtude das infrações que trata o artigo anterior será decidida em reunião do Conselho de Administração e os motivos que determinarem a eliminação da Cooperativa Filiada deverão constar de termo lavrado no Livro ou Ficha de Matrícula e assinado pelo Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Central.

§ 1º. A comunicação de eliminação será feita mediante remessa de carta à Cooperativa Filiada eliminada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da lavratura do termo no Livro ou Ficha de Matrícula, acompanhada de cópia autenticada de termo de eliminação, por processo que comprove as datas de encaminhamento e recebimento, preferencialmente por carta com aviso de recebimento (AR).

§ 2º. Cabe recurso, com efeito suspensivo, ao próprio Conselho de Administração, da decisão de eliminação do quadro associativo, desde que postulado pela Cooperativa Filiada eliminada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da comunicação e do termo de eliminação.

§ 3º. Caso indeferido o recurso pelo Conselho de Administração caberá novo recurso, em última instância, com efeito suspensivo, à primeira Assembleia Geral, desde que postulado pela eliminada dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação de indeferimento do recurso e nos termos do que dispõe o Regimento Interno.

Seção III

Da Exclusão

Art. 18. A exclusão de Cooperativa Filiada se dará:

10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

Handwritten signature and initials in blue ink.

- I – pela perda das condições que lhe facultaram ingressar na Cooperativa Central;
- II – pela sua dissolução;
- III – pela cassação do seu registro pelos órgãos competentes.

TÍTULO IV

DO CAPITAL SOCIAL: FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE RETIRADA

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. O capital social é ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo ser inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), devendo ser integralizado em moeda corrente nacional.

§ 1º. O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real) cada quota-parte.

§ 2º. As Cooperativas Filiadas se obrigam a subscrever no ato de seu ingresso na Cooperativa Central e manter, após o encerramento de cada balanço semestral, no mínimo, quotas-partes no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do seu patrimônio líquido, quantia esta que será atualizada ao final de cada semestre (junho e dezembro), respeitados os limites de lei quanto ao percentual máximo de participação.

§ 3º. As importâncias de que trata o §2º deste artigo devem ser integralizadas até os dias 31 de janeiro e 31 de julho, imediatamente posteriores ao encerramento dos balanços semestrais, exceto as relativas ao ingresso, que devem ser pagas no mínimo 50% (cinquenta por cento) no ato da aprovação do ingresso na Cooperativa Central e o saldo em até 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º. Não sendo recolhidas no prazo previsto no § 3º do presente artigo, incidirão sobre as quantias em atraso, a contar do vencimento, devidamente atualizadas, juros de 12% (doze por cento) ao ano até a data do efetivo recolhimento.

§ 5º. Toda movimentação das quotas-partes será lançada nas contas correntes do Livro de Matrículas ou mantida em arquivo por processamento eletrônico de dados.

§ 6º. As Cooperativas Filiadas, a qualquer tempo, poderão subscrever, a seu critério e forma, quotas-partes acima do limite mínimo necessário, de acordo com seu interesse ou necessidade de operações que pretendam realizar junto à Cooperativa Central.

Art. 20. A quota-parte é indivisível e impenhorável e, uma vez integralizada, será intransferível, não podendo ser alienada para Cooperativas não filiadas, nem dadas em garantia, independente da modalidade, mas o seu valor responderá sempre como garantia pelas obrigações assumidas pelas Cooperativas Filiadas junto à Cooperativa Central.

Art. 21. Exceto deliberação em contrário do Conselho de Administração da Cooperativa Central, a Cooperativa Filiada que tiver se desligado e pedir readmissão após receber seu capital, no todo ou em parte, deverá, na ocasião do deferimento, subscrever e integralizar quotas-partes do capital social igual ao valor recebido quando da demissão, corrigidas desde o recebimento, além dos valores subscritos e integralizados pelo corpo social no período do afastamento, em decorrência deste Estatuto, também devidamente atualizados.

Capítulo II

11



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

DA RESTITUIÇÃO DO CAPITAL DAS COOPERATIVAS FILIADAS

Art. 22. Nos casos de pedido de demissão, eliminação ou exclusão, estando a Cooperativa Central operando dentro dos limites de patrimônio exigíveis na forma do estabelecido na legislação vigente, e ainda, mediante autorização do Conselho de Administração, a Cooperativa Filiada terá direito à restituição do capital que integralizou, acrescentadas as sobras ou deduzidas as perdas que tiverem sido registradas no correspondente exercício social, assim como compensados os débitos vencidos ou vincendos da Cooperativa Filiada junto à Cooperativa Central, inclusive na condição de devedora solidária, e ainda os assumidos por esta em seu nome, bem como aqueles que a Cooperativa Filiada tenha assumido com terceiros mediante a corresponsabilidade da Cooperativa Central.

§ 1º. A restituição dos valores de que trata este artigo somente poderá ser exigida 30 (trinta) dias após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício financeiro em que se deu o desligamento, satisfeitas as suas obrigações junto à Cooperativa Central.

§ 2º. O Conselho de Administração poderá determinar que a restituição do capital a que tiver direito a Cooperativa demitida, eliminada ou excluída seja feita em parcelas anuais, iguais e sucessivas, a partir da data em que se realizou a Assembleia de prestação de contas do exercício em que se deu o desligamento, ponderadas, para tanto, as condições financeiras e patrimoniais da Cooperativa Central, respeitando como parâmetros especiais o nível de reservas da Sociedade e o enquadramento desta em todos os limites patrimoniais exigidos pela legislação em vigor, não podendo o prazo ser superior a 05 (cinco) anos.

§ 3º. Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de Cooperativas Filiadas em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa Central, esta poderá efetuar-las mediante critérios que resguardem a sua continuidade, a juízo do Conselho de Administração.

§ 4º. Em casos excepcionais, a juízo do Conselho de Administração, poderá a devolução do capital ser feita integralmente no ato da saída da Cooperativa Filiada, desde que a Cooperativa Central esteja operando dentro dos limites patrimoniais exigidos pela legislação em vigor e não haja previsão de perdas no período.

§ 5º. As parcelas de que trata o § 2º deste artigo serão atualizadas mediante utilização de índice de preços oficial, da data do desligamento até o dia em que forem colocados à disposição da Cooperativa demitida, eliminada ou excluída.

TÍTULO V

DAS PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL

Art. 23. A Cooperativa Central, nos limites da legislação e das normas internas estabelecidas, assim como das deliberações da Assembleia Geral e das normas estabelecidas no presente Estatuto, poderá participar do capital de:

- I – federações ou confederações de cooperativas;
- II – instituição(ões) financeira(s), cujo capital social seja constituído e controlado majoritariamente por integrantes do Sistema Cooperativo;
- III – cooperativas ou empresas controladas por cooperativa central ou confederação, que atuem majoritariamente na prestação de serviços e fornecimento de bens a instituições do setor cooperativo de crédito, desde que necessários ao seu funcionamento ou complementares aos serviços e produtos oferecidos às Cooperativas Filiadas;
- IV – entidades de representação institucional, de cooperação técnica ou de fins educacionais.

12



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

f
e f

TÍTULO VI
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 24. A Cooperativa Central exerce sua ação pelos seguintes órgãos sociais:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Administração;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Diretoria Executiva.

Capítulo I

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

Seção I

Da Assembleia Geral

Art. 25. A Assembleia Geral da Cooperativa Central, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, tendo uma e outra, poderes dentro dos limites da lei e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

§ 1º. A Assembleia Geral, sua convocação, instalação, procedimentos, poderes e competência, obedecem ao estabelecido em Lei, neste Estatuto e, complementarmente, no Regimento Interno.

§ 2º. As decisões tomadas em Assembleia vinculam todas as Cooperativas Filiadas, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 3º. A Assembleia Geral poderá suspender sua sessão, admitindo sua continuidade em data posterior, devendo ser aprovado na Assembleia a data, hora e local do prosseguimento da sessão, e que o reinício dos trabalhos conte com *quorum* legal, que deverá novamente ser registrado na ata, devendo, para tanto, ser publicados novos editais de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da Assembleia não possibilitar o cumprimento do prazo legal de publicação.

Art. 26. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para a primeira convocação, sendo feita através de Edital. Poderão ser realizadas a segunda e a terceira convocações, conforme for o caso, no mesmo dia da primeira, com a diferença mínima de uma hora entre uma e outra convocação, desde que assim expressamente conste do respectivo edital, que deverá ainda conter:

I – a denominação da Cooperativa Central, seguida pela expressão "Convocação de Assembleia Geral", ordinária ou extraordinária, conforme o caso;

II – o formato da Assembleia Geral, que poderá ser presencial, semipresencial ou digital;

III – o dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização, que, será o da sede social da Cooperativa Central, salvo motivo justificado;

IV – a sequência ordinal das convocações e o *quorum* de instalação;

V – a Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações, e, em caso de reforma de Estatuto, a indicação precisa da matéria;

VI – o número de Cooperativas Filiadas existentes na data da expedição do Edital, para efeito de cálculo do *quorum* de instalação;

13



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

l

VII – o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação das Cooperativas Filiadas, no caso de realização de Assembleia semipresencial ou digital;

VIII – os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos;

IX – o local, a data, o nome completo, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º. O edital de convocação deverá ser publicado, em destaque, no sítio eletrônico da Cooperativa.

§ 2º. A Assembleia Geral poderá também ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal ou, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) das Cooperativas Filiadas em pleno gozo de seus direitos ou pelo Banco Central do Brasil, assegurando-se a este o direito à voz durante a Assembleia Geral.

§ 3º. No caso da convocação ser feita por Cooperativas Filiadas, o Edital será assinado por no mínimo 4 (quatro) signatários do documento em que a Assembleia Geral foi requerida.

Art. 27. A Assembleia Geral será normalmente dirigida pelo Presidente, auxiliado pelo Secretário e na ausência do Presidente, os trabalhos serão conduzidos pelo Vice-Presidente, todos integrantes do Conselho de Administração.

Parágrafo único. Quando a Assembleia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos por delegado designado pela mesma e secretariado por outro, convidado deste, compondo a mesa os principais interessados na convocação.

Art. 28. O *quorum* para instalação da Assembleia Geral é o seguinte:

I – 2/3 (dois terços) do número de Cooperativas Filiadas em condições de votar, na primeira convocação;

II – metade mais 1 (uma) das Cooperativas Filiadas, em condições de votar, na segunda convocação;

III – qualquer número de Cooperativas Filiadas em condições de votar, na terceira e última convocação.

Parágrafo único. Para efeito de verificação do *quorum* de que trata este artigo, o número de Cooperativas Filiadas, em cada convocação, apurar-se-á pelas assinaturas lançadas no livro de presença das Assembleias Gerais, no momento da abertura desta.

Art. 29. Cada Cooperativa Filiada será representada por um único Delegado com direito a voto, que deverá ser o Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Filiada ou associado desta, a ser indicado pelo Conselho de Administração, através de credencial escrita e assinada.

§ 1º. Para ter acesso ao local da realização da Assembleia Geral, o Delegado da Cooperativa Filiada deverá apresentar sua credencial, conforme o disposto no *caput* deste artigo e assinar o Livro de Presenças.

§ 2º. Não poderá votar, por meio de Delegado, nem indicar seus representantes para concorrer às funções e cargos eletivos na Assembleia Geral a Cooperativa Filiada que:

I – tenha sido admitida após sua convocação;



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' and a signature that appears to be 'Luciano Leite Kowalski'.

II – esteja em infringência de qualquer dispositivo deste Estatuto, desde que previamente advertida por escrito pelo Conselho de Administração, conforme decisão registrada em ata pelo referido Conselho;

III – tiver interesse oposto ao da Cooperativa Central ou ainda, interesse particular no assunto em deliberação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

Art. 30. Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos o balanço e as contas do exercício, o Presidente do Conselho de Administração, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, dos pareceres emitidos pela auditoria independente e pelo Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um Delegado para presidir a reunião durante os debates e votação da matéria.

§ 1º. Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração e os demais ocupantes de cargos sociais permanecerão no recinto à disposição da Assembleia, para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º. O Presidente indicado para presidir o ato comunicará ao Secretário da Assembleia Geral o teor das decisões tomadas durante o exercício da Presidência para registro em ata.

Art. 31. As deliberações da Assembleia Geral somente poderão versar sobre os assuntos constantes no Edital de Convocação, e, em regra, a votação será aberta, mas a Assembleia poderá optar pelo voto secreto, atendendo-se então às normas usuais.–

§ 1º. O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar de Ata, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada pelo Presidente e Secretário dos atos, bem como por uma comissão de 3 (três) Delegados indicados pelo plenário e ainda, por quantos mais o queiram fazer.

§ 2º. As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria simples de voto, com exceção das matérias de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, conforme estabelecido no § 1º, do art. 35 para cuja validade se requer os votos de 2/3 (dois terços) das Cooperativas Filiadas presentes.

§ 3º. Cada Delegado terá direito a apenas um voto na Assembleia Geral, independente do número de quotas de capital da Cooperativa Filiada por ele representada, não sendo permitido o voto por procuração.

§ 4º. Os ocupantes de cargos sociais, bem como quaisquer outros Delegados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram ou que se refiram especificamente às Cooperativas Filiadas por eles representadas, mas não ficam privados de tomar parte nos respectivos debates.

§ 5º. Os nomes, cargos e prazos de mandato dos associados eleitos para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal devem também constar da ata da Assembleia Geral, assim como seus números de CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, número da carteira de identidade, órgão expedidor, data de nascimento, endereço completo, e ainda, no caso de reforma de Estatuto Social, a transcrição integral dos artigos reformados.

Art. 32. É da competência das Assembleias Gerais a destituição dos membros dos Conselhos de Administração ou Fiscal, em face de causas que a justifiquem.

§ 1º. Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Cooperativa Central deverá a Assembleia Geral designar Conselheiros por meio de nova eleição a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da legislação pertinente, observado o disposto no art. 5º, XI do presente Estatuto.

15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

§ 2º. Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciada de erro, dolo, fraude ou simulação, contando o prazo da data de sua realização.

Seção II

Da Assembleia Geral Ordinária

Art. 33. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente, nos primeiros 4 (quatro) meses após o término do exercício social e deliberará sobre os seguintes assuntos, os quais deverão constar no Edital de Convocação:

I – prestação de contas dos Órgãos de Administração da Cooperativa Central, acompanhadas dos pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) relatório da gestão;
- b) balanço patrimonial;
- c) demonstrativo das sobras ou perdas.

II – destinação das sobras ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa Central, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos estatutários;

III – eleição dos componentes dos Conselhos de Administração e Fiscal;

IV – fixação do valor dos honorários, das gratificações e das cédulas de presença do Conselho de Administração, bem como das cédulas de presença do Conselho Fiscal quando prevista alteração e constar no Edital de Convocação da Assembleia Geral;

V – aprovação da política de remuneração da diretoria executiva, no início de cada mandato;

VI – deliberação sobre os planos de trabalho formulados pelo Conselho de Administração para o exercício em curso;

VII – criação de fundos para fins específicos não previstos no Estatuto, fixando modo de formação, aplicação e liquidação;

VIII – autorização de alienação, gravame ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa Central;

IX – quaisquer outros assuntos de interesse social devidamente mencionados no Edital de Convocação, excluídos os de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária.

§ 1º. A aprovação do relatório, balanço e contas do Conselho de Administração não desonera de responsabilidade os membros dos Órgãos de Administração e do Conselho Fiscal, ressalvados os atos regulares de gestão.

§ 2º. A fixação dos valores previstos nos incisos IV e V deste artigo devem respeitar o disposto na política de remuneração dos cargos estatutários do Sistema Ailos.

Seção III

Assembleia Geral Extraordinária

Art. 34. A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa Central desde que mencionado no Edital de Convocação.

Art. 35. É competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

16



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

h
j d

- I – reforma do Estatuto Social;
- II – fusão, incorporação ou desmembramento;
- III – mudança do objeto da Sociedade;
- IV – dissolução voluntária da Cooperativa Central e nomeação de liquidante(s);
- V – contas do(s) liquidante(s).

§ 1º. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) das Cooperativas Filiadas presentes para tornar válidas as deliberações de que tratam os incisos I a V deste artigo.

§ 2º. A deliberação que vise mudança da forma jurídica importa em dissolução e subsequente liquidação da Cooperativa Central.

Capítulo II

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 36. O processo eleitoral obedecerá ao disposto no presente Estatuto e no Regimento Interno, sendo conduzido por uma Comissão Eleitoral constituída especificamente para essa finalidade, por deliberação do Conselho de Administração, assegurada a sua autonomia e a sua independência, reportando-se operacionalmente ao mesmo Colegiado.

§ 1º. A Comissão será designada pelo Conselho de Administração na mesma reunião em que for deliberada a convocação da Assembleia Geral também destinada para realização de eleições.

§ 2º. A Comissão será composta por, no mínimo, 03 (três) membros (Coordenador, Assistente e Secretário), sendo integrada por associados de Cooperativas Filiadas que não sejam colaboradores da própria Cooperativa Central ou das Cooperativas Filiadas, não componham a nominata de candidatos, não tenham sido eleitos para os mandatos estatutários vigentes na Cooperativa Central e nem sejam parentes até 2º (segundo) grau dos candidatos ou dos ocupantes de mandatos em curso.

§ 3º. Caberá à Comissão verificar o atendimento aos requisitos legais, estatutários e regimentais necessários à candidatura aos cargos eletivos e outros aspectos relacionados ao processo eleitoral.

§ 4º. Eventuais dificuldades, divergências e problemas vinculados ao processo eleitoral serão avaliados e resolvidos pela Comissão, nos termos do estabelecido no Regimento Interno e, se for o caso, merecerão parecer a ser apresentado por ocasião da realização da Assembleia.

Art. 37. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal serão investidos em seus cargos depois de homologados pelo Banco Central do Brasil, mediante termo de posse lavrado no Livro de Atas do Conselho e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

Capítulo III

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Da Composição e das Disposições Gerais

Art. 38. A Cooperativa Central será administrada por um Conselho de Administração formado por um-colegiado, com 01 (um) representante de cada Cooperativa Filiada, composto de, no mínimo, 5 (cinco) membros, compreendidos pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e mais tantos Conselheiros Efetivos quantos necessários para que cada Cooperativa Filiada tenha um representante.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

f
JK

§ 1º. Havendo número inferior a 5 (cinco) Cooperativas Filiadas para compor o Conselho de Administração, excepcionalmente as Cooperativas Filiadas que tenham maior número de cooperados poderão indicar 2 (dois) representantes para integrarem o Conselho de Administração, até compor o número mínimo de 5 (cinco) conselheiros.

§ 2º. Em caso de não aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária ou pelo Banco Central do Brasil, de qualquer dos membros do Conselho de Administração ou havendo impossibilidade ou impedimento de representante indicado pela Cooperativa Filiada, ou ainda quando o representante com mandato em vigor não tiver seu nome ratificado pela Cooperativa Filiada que representa, após a eleição e posse do novo Conselho de Administração desta, deverá a Cooperativa Filiada escolher outro representante, com direito a voz e sem direito a voto, até que seu nome seja referendado na primeira Assembleia Geral e homologado pelo Banco Central do Brasil, podendo o Conselho de Administração, a seu critério, convocar Assembleia Geral Extraordinária específica para esse fim.

§ 3º. O representante indicado pela Cooperativa Filiada, na forma prevista no § 2º deste artigo exercerá a função somente pelo período remanescente do mandato em vigor.

Art. 39. São condições básicas para o exercício de cargos eletivos, sem prejuízo do atendimento aos requisitos complementares previstos no Regimento Interno:

I – inexistência de parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, entre seus membros, com integrantes dos Conselhos de Administração, Fiscal ou da Diretoria Executiva;

II – não ser empregado da própria Cooperativa Central ou de Cooperativa Filiada, ou ainda de membro dos Conselhos de Administração ou Fiscal da Cooperativa Central;

III – não ser cônjuge ou companheiro(a) de membro dos Conselhos de Administração e Fiscal;

IV – não ser, simultaneamente, empregado ou administrador ou deter participação em empresa que, por suas atividades, seja tida como concorrente da própria Cooperativa Central, das Cooperativas Filiadas ou qualquer entidade de cujo capital estas participem;

V – não responder pessoalmente, nem a empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

VI – não estar declarado falido ou insolvente, nem ter participado como administrador ou ter controlado firma ou sociedade concordatária, insolvente ou que esteja em processo de recuperação judicial e nem ter participado da administração de instituições financeiras, inclusive cooperativas, cuja autorização de funcionamento tenha cessado ou não prorrogada, ou tenha estado em liquidação extrajudicial ou sob intervenção;

VII – reunir reputação ilibada;

VIII – não ocupar simultaneamente cargo político-partidário, seja posto eletivo ou membro de executiva partidária, não tê-lo ocupado no último exercício civil e nem exercer atividade desta natureza enquanto no exercício do cargo, tendo em vista o princípio cooperativo da neutralidade política e a necessidade de representação uniforme de todo quadro social;

IX – reunir a qualificação profissional exigida para o cargo, nos termos da regulamentação vigente e de conformidade com o Regimento Interno;

X – não ter impedimentos legais e nem estar condenado em processos cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou que tenha sido condenado por crime falimentar,

18



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

f
R L

de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade;

XI – não ter sido declarado inabilitado para cargos de administração em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão do Poder Público, aí incluídas as entidades de previdência privada e as sociedades seguradoras, bem como em quaisquer companhias abertas;

XII – não ter patrocinado como parte ou procurador, medida judicial contra a própria Cooperativa Central ou Cooperativa Filiada, excluídas as ações que já transitaram em julgado, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;

XIII – exercer ou ter exercido cargo de Conselheiro de Administração na Cooperativa Filiada, no caso dos candidatos ao cargo de Conselheiro de Administração, ou ter exercido cargo de Diretor na Cooperativa Central ou Filiada e ter seu nome indicado pelo referido Conselho, devendo a indicação constar na respectiva ata;

XIV – atender aos demais requisitos decorrentes de lei e de normas oficiais.

§ 1º. É vedado o exercício simultâneo dos cargos de Presidente e Vice-Presidente de Conselho de Administração ou de Diretor Executivo, tanto na Cooperativa Central, quanto na Cooperativa Filiada. Esta regra se aplica também nos fundos garantidores, conforme determinação da legislação específica vigente.

§ 2º. Caberá ao Conselho de Administração eleito e empossado na Cooperativa Filiada a decisão de ratificar o nome do seu representante na Cooperativa Central, ou escolher outro, escolha esta que obedecerá ao disposto no art. 38, § 2º do Estatuto Social.

§ 3º. A eleição para o Conselho de Administração requer a indicação de 01 (um) representante pelo Conselho de Administração de cada Cooperativa Filiada, por meio de inscrição do respectivo nome na sede da Cooperativa Central, até no máximo, 05 (cinco) dias corridos contados a partir da data da publicação do edital de convocação da Assembleia Geral, e devidamente homologada pela Comissão Eleitoral de que trata este Estatuto.

§ 4º. O Conselho de Administração eleito, por ocasião da Assembleia Geral, escolherá, dentre os seus membros, aqueles que ocuparão os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, observadas as diretrizes do Regimento Interno da Cooperativa Central.

§ 5º. Não poderão candidatar-se a cargos sociais ex-empregados demitidos por justa causa ou que tenham sido desligados em razão de condutas que violem deveres objetivos resultantes do vínculo trabalhista, nem os Conselheiros que estejam submetidos à investigação interna para apurar violações às normas legais ou sistêmicas no curso de seu mandato ou que, pelas mesmas razões, tenham sido destituídos ou renunciado ao cargo para o qual foram eleitos.

Art. 40. O mandato do Conselho de Administração será de 4 (quatro) anos, com renovação de no mínimo 1/3 (um terço) dos integrantes ao final de cada período, sendo que os eleitos permanecerão em exercício até a posse dos sucessores, permitido a estes, desde a eleição, o acompanhamento pleno da gestão remanescente dos sucedidos.

§ 1º. A renovação de membros prevista no *caput* deste artigo somente será exigida quando o número de Cooperativas Filiadas superar o número de membros do Conselho de Administração, caso em que a rotatividade deverá se dar entre as Cooperativas Filiadas e não entre as pessoas físicas que as representam.

19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

(Handwritten signatures and initials)

§ 2º. Não estando vagos mais da metade dos cargos, a ordem de sucessão obedecerá ao seguinte critério: o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, este pelo Secretário e este, por um Conselheiro escolhido pelo próprio Conselho de Administração.

§ 3º. Se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos do Conselho de Administração, deverá o Presidente do referido Conselho ou os membros restantes, se a presidência estiver vaga, convocar Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos. Os novos Conselheiros exercerão os cargos somente até o final do mandato dos seus antecessores.

§ 4º. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância do cargo eletivo:

I – a morte;

II – a renúncia;

III – a perda da qualidade de associado à Cooperativa Filiada que esteja representando;

IV – não ter seu nome ratificado pelo Conselho de Administração eleito e empossado na Cooperativa Filiada, na forma do art. 39, § 1º do presente Estatuto Social;

V – o não comparecimento, sem justificativa prévia, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, no curso de cada ano de mandato;

VI – não participar do curso de formação de dirigentes promovido pela Cooperativa Central, no prazo máximo de 12 (doze) meses contados da data de início da vigência do mandato para o qual foi eleito;

VII – a destituição;

VIII – as ausências ou impedimentos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias corridos;

IX – tornar-se o detentor inelegível na forma da regulamentação em vigor ou não mais reunir as condições básicas para o exercício de cargo eletivo nos termos deste Estatuto.

§ 5º. Compete ao Conselho de Administração decidir acerca da procedência da justificativa de que trata o inciso V do parágrafo anterior.

§ 6º. Na hipótese de o Conselheiro ser indicado como candidato a cargo político-partidário deverá renunciar ao cargo eletivo na Cooperativa Central em até 48 (quarenta e oito) horas após a data da convenção do partido em que confirmada a indicação, sob pena de vacância do cargo.

§ 7º. Para efeito do disposto no § 5º deste artigo, consideram-se cargos político-partidários:

I – Posto eletivo: agentes políticos investidos em seus cargos através de processos eleitorais, conforme legislação eleitoral e constitucional vigentes;

II – Membros da executiva partidária: pessoas que, filiadas a um determinado partido político, são eleitas na “convenção” para ocupar cargos executivos no partido, conforme regulamentação do próprio partido;

III – Posto nomeado, designado ou delegado: agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação.

Art. 41. Os administradores que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade, como cooperativa central de crédito, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 42. Os componentes do Conselho de Administração respondem, a qualquer tempo, salvo prescrição extintiva, pelos atos que tiverem praticado ou omissões em que houverem incorrido,

20



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

[Handwritten signature]

equiparando-se aos administradores das sociedades anônimas para os efeitos de responsabilidade criminal, assim como, responderão solidariamente pelos prejuízos decorrentes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo, ressalvada a responsabilidade prevista neste Estatuto.

Parágrafo único. A responsabilidade solidária se circunscreve ao montante dos prejuízos causados.

Art. 43. O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

I – reúne-se ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente, em qualquer data, sempre que necessário, por convocação do Presidente do Conselho de Administração, da maioria do próprio Colegiado, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

II – delibera validamente por maioria simples de votos, presente a maioria dos seus componentes, reservado ao Presidente do Conselho de Administração o voto de desempate;

III – as deliberações do Conselho de Administração e as demais ocorrências substanciais nas reuniões constarão em Atas, lavradas no livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes, de cujo conteúdo o Presidente do Conselho de Administração deverá também dar pronto conhecimento ao Conselho Fiscal, sendo que as deliberações serão incorporadas ao sistema normativo da Cooperativa Central.

§ 1º. A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á por carta ou meio eletrônico.

§ 2º. Os membros do Conselho de Administração não poderão participar de deliberações que envolvam quaisquer outras matérias que impliquem conflito de interesse próprio ou que se refiram de maneira específica, direta ou indiretamente, às Cooperativas Filiadas que representam.

Art. 44. Sem prejuízo da responsabilidade legal própria de todos os componentes do Conselho de Administração, tanto os ocupantes dos cargos de Presidente do Conselho de Administração, Vice-Presidente e Secretário, como os membros da Diretoria Executiva respondem solidariamente, com seu patrimônio pessoal, pelas obrigações assumidas pela Cooperativa Central durante a sua gestão, até a aprovação das contas ao final do seu mandato ou em face de ações ou omissões, se comprovada a má-fé, culpa ou dolo, em seus atos de gestão na Cooperativa Central, até que se cumpram integralmente as obrigações.

Parágrafo único. Os mesmos administradores, se por gestão temerária ou omissão grave de deveres darem causa à insuficiência de liquidez no Sistema de Transferência de Reservas – STR, no Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB ou nas Câmaras de Compensação, Liquidação e Custódia ou determinarem prejuízo à Cooperativa Central responderão diretamente com seu próprio patrimônio, pelo ressarcimento dos danos.

Art. 45. Sem prejuízo da ação que couber a qualquer Cooperativa Filiada, a Cooperativa Central, através de seus órgãos sociais, em conjunto ou isoladamente, desde já aqui autorizados, ou representada por Delegado escolhido em Assembleia Geral, tem direito de ação contra os administradores e tomará prontamente as medidas cabíveis, inclusive no âmbito judicial, para promover a responsabilização destes, cujas ações ou omissões tenham como consequência quaisquer prejuízos à Cooperativa Central.

Seção II

Das Competências do Conselho de Administração



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Art. 46. Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em Lei e neste Estatuto, observado o detalhamento previsto no Regimento Interno e demais normativos da própria Cooperativa Central:

I – fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa Central, em especial aqueles que visem à perenidade dos negócios, examinar e aprovar os planos de trabalho e respectivos orçamentos, acompanhando mensalmente a sua execução;

II – fixar o número de membros da Diretoria Executiva, a qual poderá ser composta por, no máximo 05 (cinco) e, no mínimo, 03 (três) membros;

III – escolher os membros da Diretoria Executiva, definir a periodicidade de suas reuniões, fixar aos seus integrantes os valores da remuneração, da carga-horária e demais condições para a prestação de expediente na Cooperativa Central, expediente este que deverá ser prestado por todos os Diretores, tudo em consonância com a política de remuneração dos cargos estatutários do Sistema Ailos;

IV – acompanhar o desempenho da Diretoria Executiva nas respectivas funções, em face dos objetivos e metas definidos para a Cooperativa Central;

V – deliberar sobre pedidos de licença de seus membros;

VI – aprovar o Regimento Interno da Cooperativa Central, que não poderá contrariar as disposições deste Estatuto, devendo este ser referendado em Assembleia Geral;

VII – autorizar limites globais para a contratação de operações de crédito com instituições financeiras, destinadas ao financiamento das atividades das Cooperativas Filiadas;

VIII – deliberar sobre as diretrizes, estratégias e regras gerais, inclusive limites e alçadas para a concessão de crédito para as Cooperativas Filiadas;

IX – estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando no mínimo mensalmente o estado econômico-financeiro da Cooperativa Central;

X – deliberar acerca do pagamento de juros às quotas-partes de capital;

XI – examinar e apurar as denúncias de infrações praticadas no âmbito da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas, inclusive as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e determinar a aplicação das penalidades cabíveis;

XII – deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação ou exclusão de Cooperativas Filiadas podendo, a seu exclusivo critério, aplicar por escrito advertência prévia;

XIII – deliberar sobre a convocação de Assembleia Geral, inclusive para destituição do cargo de Conselheiro, bem como sobre as demais hipóteses de vacância;

XIV – autorizar, previamente, participações de capital em outras empresas e/ou entidades, atendidos os propósitos sociais da Cooperativa Central;

XV – avaliar e aprovar as políticas e diretrizes relativas aos controles internos, à segurança corporativa, à gestão de riscos, *compliance*, recursos humanos, auditoria, produtos e serviços, investimentos, crédito e tecnologia da informação e os planos de contingência para os riscos da Cooperativa Central;

XVI – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno, a legislação e regulamentação em vigor, as normas próprias do Sistema Ailos, bem assim as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

22



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

f
L. R.

- XVII** – representar o quadro de Cooperativas Filiadas junto à Cooperativa Central;
- XVIII** – definir regras para os casos omissos, até posterior deliberação da Assembleia Geral;
- XIX** – definir as políticas e ações para o desenvolvimento e aprimoramento das práticas de governança cooperativa estabelecidas para o Sistema Ailos;
- XX** – deliberar sobre a contratação ou substituição das empresas prestadoras dos serviços de auditoria para o Sistema Ailos, bem como analisar os relatórios por esta elaborados;
- XXI** – deliberar sobre as alterações e criações de limites operacionais das Cooperativas Filiadas, em consonância com as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil;
- XXII** – definir a política de relacionamento entre as Cooperativas Filiadas, a qual deverá dispor, dentre outras coisas, a respeito da área de atuação, bem como definir a política de divulgação de dados comparativos sobre o desempenho das Cooperativas Filiadas;
- XXIII** – deliberar sobre a aprovação da implantação, em caráter temporário, do sistema de administração em regime de cogestão pela Cooperativa Central junto à Cooperativa Filiada, a fim de que sejam sanadas irregularidades ou superados riscos de liquidez da Cooperativa Filiada, bem como sobre a formalização do competente convênio, definindo nele as diretrizes de atuação, monitoramento e homologação dos atos de cogestão durante o período de recuperação e saneamento das Cooperativas Filiadas, convênio este que deverá ser referendado pela Assembleia Geral da Cooperativa Filiada;
- XXIV** – acompanhar o controle dos riscos, dentre eles, os riscos de crédito, de mercado, operacional, socioambiental e de liquidez do Sistema Ailos;
- XXV** – deliberar sobre a implantação de produtos e serviços para o Sistema Ailos.

Parágrafo único. Na hipótese do Conselho de Administração designar outros membros para funções de natureza auxiliar, definirá para cada qual, com registro em ata, as pertinentes incumbências.

Seção III

Das Competências do Presidente do Conselho de Administração

Art. 47. Ao Presidente do Conselho de Administração cabem, dentre outras, as seguintes atribuições, além daquelas inerentes ao Conselho de Administração, previstas no art. 46 do presente Estatuto Social:

- I** – convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração e zelar pelo bom desempenho deste;
- II** – supervisionar a administração geral e as atividades da Cooperativa Central, inclusive quanto ao cumprimento das normas aplicáveis, assim como supervisionar as ações da Diretoria Executiva;
- III** – assegurar a implantação do planejamento estratégico, financeiro e de investimentos da Cooperativa Central e Cooperativas Filiadas, bem como acompanhar a sua execução;
- IV** – liderar a implantação dos programas de organização dos quadros sociais do Sistema Ailos, desenvolvimento e gestão, a fim de garantir a continuidade do negócio e a formação de novas lideranças cooperativistas;
- V** – acompanhar a execução dos planos de trabalho específicos pertinentes ao desenvolvimento da Cooperativa Central;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

f
L R

VI – submeter ao Conselho de Administração propostas de regulamentos, políticas e de Regimento Interno, observadas as diretrizes sistêmicas;

VII – levar à apreciação do Conselho de Administração o plano de trabalho, anual ou plurianual, bem assim propostas orçamentárias, acompanhando a sua execução;

VIII – apresentar ao Conselho de Administração e, em nome deste, à Assembleia Geral, relatório anual das operações e atividades da Cooperativa Central, acompanhado do balanço, de demonstração de sobras ou perdas e do parecer do Conselho Fiscal e da auditoria independente, além de outros documentos e informações que se fizerem exigir;

IX – dirigir o relacionamento com os órgãos e entidades de classe e outras de contato da Cooperativa Central, assim como, participar de congressos, seminários e outros certames como representante da Cooperativa Central, podendo delegar essa atribuição ao Vice-Presidente ou a outro Conselheiro;

X – aplicar as penalidades que forem estipuladas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração;

XI – convocar e presidir as Assembleias Gerais e cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, além das normas fundamentais da Cooperativa Central;

XII – assinar isoladamente a documentação relativa à admissão, demissão, eliminação e exclusão de Cooperativas Filiadas, de acordo com as deliberações do Conselho de Administração, bem como acordos em processos judiciais, acordos e convenções coletivas e a documentação relativa aos colaboradores (admissão, demissão e atualizações), à correspondência de rotina e todos e quaisquer outros documentos da Cooperativa Central, desde que, por força do presente Estatuto Social e/ou do Regimento Interno não exijam assinatura conjunta;

XIII – supervisionar as ações da Diretoria Executiva no que tange às atividades relacionadas à ouvidoria e ao atendimento das denúncias e reclamações perante o Banco Central do Brasil, de forma a assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares;

XIV – coordenar as ações do Sistema Ailos, na qualidade de representante, na respectiva área de ação;

XV – diligenciar, por todos os meios, pela defesa dos interesses da Cooperativa Central nos órgãos deliberativos sistêmicos em que tiver assento como representante desta;

XVI – prestar informações às Cooperativas Filiadas quanto aos seus direitos e deveres, às operações e às atividades em geral da Cooperativa Central;

XVII – assumir outras atribuições que o Conselho de Administração julgar por bem lhe conferir.

Seção IV

Das Competências do Vice-Presidente do Conselho de Administração

Art. 48. Ao Vice-Presidente do Conselho de Administração cabem, dentre outras, as seguintes atribuições, além daquelas inerentes ao Conselho de Administração, previstas no art. 46 do presente Estatuto Social:

I – substituir o Presidente do Conselho de Administração em decorrência de seu impedimento, impossibilidade ou ausência, na forma do estabelecido neste Estatuto podendo inclusive

24






Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

representar a Cooperativa Central nas Assembleias Gerais das sociedades de cujo capital a Cooperativa Central participe;

II – assinar, conjuntamente com o Presidente ou Secretário do Conselho de Administração, os documentos relacionados com a sua competência estatutária.

Seção V

Das Competências do Secretário do Conselho de Administração

Art. 49. Ao Secretário do Conselho de Administração cabem, dentre outras, as seguintes atribuições, além daquelas inerentes ao Conselho de Administração, previstas no art. 46 do presente Estatuto Social:

I – substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos eventuais;

II – assinar, conjuntamente com o Presidente ou com o Vice-Presidente do Conselho de Administração os documentos relacionados com a sua competência estatutária;

III – elaborar ou coordenar a lavratura das Atas das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

Capítulo IV

DO CONSELHO FISCAL

Seção I

Da Composição e das Disposições Gerais

Art. 50. A administração da Cooperativa Central será fiscalizada assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 01 (um) membro suplente, todos associados de Cooperativas Filiadas, pessoas físicas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, observando-se, quanto às condições e aos requisitos para o exercício das funções, o disposto no art. 39 e seus incisos, com exceção do inciso XIII.

Art. 51. As candidaturas ao Conselho Fiscal serão apresentadas de forma individual e independente da eleição do Conselho de Administração e requer a indicação de 01 (um) representante de cada Cooperativa Filiada, por meio de inscrição do respectivo nome na sede da Cooperativa Central, até no máximo, 05 (cinco) dias corridos contados a partir da data da publicação do edital de convocação da Assembleia Geral, devidamente homologada pela Comissão Eleitoral de que trata este Estatuto.

§ 1º. Compete ao Conselho de Administração da Cooperativa Filiada a indicação do nome de seu representante para concorrer ao cargo de Conselheiro Fiscal na Cooperativa Central, indicação esta que deverá ser formalizada por meio de registro na ata da reunião em que a indicação for deliberada.

§ 2º. Os representantes indicados pelas Cooperativas Filiadas aos cargos de Conselheiros Fiscais, na forma do disposto no presente artigo, serão votados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, na forma do Regimento Interno, sendo que cada Delegado deverá votar em 04 (quatro) candidatos.

§ 3º. Serão considerados eleitos os 04 (quatro) representantes com maior número de votos, sendo os 03 (três) candidatos mais votados eleitos como Conselheiros Efetivos e 01 (um) candidato subsequente em número de votos, eleito como Conselheiro Suplente, desde que respeitadas as exigências de renovação previstas nos §§ 4º e 5º do presente artigo.



§ 4º. É obrigatória a renovação, a cada eleição, de pelo menos 01 (um) membro efetivo que não tenham integrado o Conselho Fiscal que está sendo renovado.

§ 5º. A renovação de que trata o parágrafo anterior deverá ser atendida mediante a rotatividade entre as Cooperativas Filiadas, sendo insuficiente a mera substituição das pessoas físicas que as representam.

§ 6º. As demais regras referentes às eleições do Conselho Fiscal, incluindo os critérios de desempate, observarão o disposto no Regimento Interno da Cooperativa Central.

§ 7º. Os Conselheiros fiscais eleitos permanecerão em exercício até a posse dos sucessores.

§ 8º. É vedado aos membros do Conselho Fiscal, o exercício simultâneo de cargos do Conselho de Administração na Cooperativa Filiada ou de membro da Diretoria Executiva, tanto na Cooperativa Central, quanto na Cooperativa Filiada. Esta regra se aplica também nos fundos garantidores, conforme determinação da legislação específica vigente.

Art. 52. O Conselho reúne-se ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença de 3 (três) membros efetivos, decidindo por maioria simples de voto. Suas deliberações e demais ocorrências substanciais nas reuniões constarão de ata, lavrada no Livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos, pelos membros presentes.

§ 1º. Em sua primeira reunião escolherá, dentre seus membros efetivos, um Coordenador, incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos, e um Secretário para redigir as atas.

§ 2º. As reuniões poderão, ainda, ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

§ 3º. Na ausência do Coordenador e/ou do Secretário, os trabalhos serão dirigidos por substituto(s) escolhido(s) na ocasião.

§ 4º. O membro suplente poderá participar das reuniões, sem direito a voto, se não convocado para substituir um Conselheiro Efetivo, devendo delas serem avisados com antecedência.

Art. 53. Quando da ausência temporária, impedimento ou em caso de vacância, os Conselheiros Efetivos serão substituídos pelo suplente, por ordem decrescente de idade.

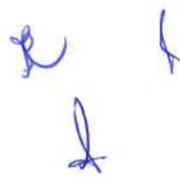
§ 1º. Ocorrendo 03 (três) ou mais vagas no Colegiado, o Presidente do Conselho de Administração convocará a Assembleia Geral para o devido preenchimento, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º. Aplicam-se ao Conselho Fiscal as hipóteses de vacância previstas no art. 40, deste Estatuto, com exceção do disposto no inciso IV, cabendo ao próprio Colegiado apreciar as justificativas sobre faltas de seus membros.

§ 3º. Na hipótese de o Conselheiro ser indicado como candidato a cargo político-partidário, deverá renunciar ao cargo eletivo na Cooperativa em até 48 (quarenta e oito) horas após a data da convenção do partido em que confirmada a indicação, sob pena de vacância.

Art. 54. Os membros efetivos do Conselho Fiscal são solidariamente responsáveis, a qualquer tempo, salvo prescrição extintiva, inclusive em relação aos prejuízos decorrentes, pelos atos que tiverem praticado e fatos irregulares da administração da Cooperativa Central, cuja prática decorra de sua comprovada omissão, displicência, falta de acuidade, de pronta advertência ao Conselho de Administração e, na inércia ou renitência deste, de oportuna denúncia à Assembleia Geral, equiparando-se aos administradores das sociedades anônimas para os efeitos de responsabilidade criminal.

26




Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

§ 1º. A Cooperativa Central, através de seus órgãos sociais, em conjunto ou isoladamente, desde já aqui autorizados, tomará prontamente as medidas cabíveis, inclusive no âmbito judicial, para promover a responsabilização dos Conselheiros pelos prejuízos causados na forma deste artigo.

§ 2º. A responsabilidade solidária dos Conselheiros se circunscreve ao montante dos prejuízos causados, decorrentes de seus atos.

Seção II

Das Competências do Conselho Fiscal

Art. 55. Entre outras atribuições em decorrência de lei e deste Estatuto, compete ao Conselho Fiscal, observado o detalhamento previsto no Regimento e demais normativos internos da Cooperativa Central:

I – exercer assídua e minuciosa fiscalização e vigilância sobre o patrimônio, sobre as operações com as Cooperativas Filiadas, atividades e serviços da Cooperativa Central, inclusive sobre operações de crédito, documentos contábeis e quaisquer outras atividades de interesse da Cooperativa Central, investigando fatos, colhendo informações examinando livros e documentos. Cabe-lhe, também, fazer inquéritos de qualquer natureza, devendo examinar por amostragem, a seu critério, se as operações de crédito foram concedidas segundo as normas estabelecidas pelo Conselho de Administração, bem como se existem garantias suficientes para segurança das operações realizadas e verificar se foram tomadas as providências cabíveis para a liquidação de eventuais débitos das Cooperativas Filiadas em atraso;

II – controlar assiduamente a movimentação financeira, as disponibilidades de recursos, as despesas, os investimentos e a regularidade de sua efetivação, bem como os valores e documentos sob custódia;

III – avaliar a política de operações de crédito e exercer o monitoramento sobre sua concessão;

IV – examinar balancetes, balanços e contas que o acompanham, bem como o cumprimento das normas sobre as atividades sociais e interesses da Cooperativa Central, apresentando parecer à Assembleia Geral, podendo assessorar-se de profissionais externos e ainda do Contador da Cooperativa Central ou de auditores externos, sempre que a importância ou complexidade das tarefas o recomendar;

V – tomar conhecimento dos relatórios de auditoria interna produzidos pelos auditores da Cooperativa Central e pela auditoria independente, contribuindo com o trabalho desses profissionais e cobrando firmemente da administração as correções cuja necessidade for indicada nos documentos;

VI – averiguar o cumprimento, pela administração da Cooperativa Central, das disposições deste Estatuto e do Regimento Interno, os demais normativos oficiais, bem assim as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

VII – relatar ao Conselho de Administração as conclusões de seus trabalhos, destinando, comprovada e prontamente a todos os membros desse Colegiado, o teor da ata de cada reunião, com a devida advertência sobre as irregularidades constatadas e, na ausência de providências por parte deste, denunciar o quadro, oportunamente, à Assembleia Geral e ainda, convocar a Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes;

27



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

Handwritten signature

VIII – avaliar os relatórios gerados pela Cooperativa Central a respeito do cenário de riscos do Sistema Ailos, verificando a realização do acompanhamento, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, dos controles de riscos evidenciados em cada relatório;

IX – comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Banco Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informações ou documentos.

Capítulo V

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Seção I

Da composição e do Mandato

Art. 56. A Cooperativa Central terá uma Diretoria Executiva, subordinada ao Conselho de Administração, composta por pessoas físicas, compreendidas pelos cargos de Diretor Executivo, Diretor de Operações e Produtos, Diretor de Crédito e Financeiro, Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços e Diretor de Riscos e Controladoria, vedada a cumulação de cargos entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva não poderá ser composta por número inferior a 03 (três) membros, sendo que as funções dos cargos vacantes poderão ser acumuladas por outro membro da Diretoria Executiva, preferencialmente, pelo Diretor Executivo, a critério do Conselho de Administração.

Art. 57. Compete ao Conselho de Administração, escolher os membros da Diretoria Executiva, podendo conferir a estes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social, bem como destituí-los a qualquer tempo, mediante decisão lavrada em ata.

§ 1º. Se ficarem vagos por qualquer tempo, mais de 02 (dois) cargos da Diretoria Executiva, deverá o Conselho de Administração a seu critério, indicar um novo Diretor para exercer a função pelo período remanescente do mandato em vigor.

§ 2º. Em havendo eleição para o Conselho de Administração, as chapas concorrentes deverão apresentar, no momento da inscrição, os nomes dos indicados para compor a Diretoria Executiva.

§ 3º. O Conselho de Administração eleito deverá, por ocasião da Assembleia Geral, apresentar os nomes dos indicados para compor a Diretoria Executiva, observado o disposto no § 2º.

§ 4º. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de até 04 (quatro) anos, coincidindo com o do Conselho de Administração, sendo que os escolhidos permanecerão em exercício até a posse dos sucessores, permitido a estes, desde a escolha, o acompanhamento pleno da gestão remanescente dos sucedidos.

Art. 58. Além da responsabilidade legal própria para o exercício de funções executivas, aos integrantes da Diretoria Executiva são imputadas as responsabilidades emanadas de dispositivos regulamentares do Banco Central do Brasil e do Sistema Financeiro Nacional.

Parágrafo único. Os Diretores, independentemente das responsabilidades constantes no *caput* deste artigo, respondem, a qualquer tempo, salvo prescrição extintiva, pelos atos que tiverem praticado ou omissões em que houverem incorrido, equiparando-se aos administradores das sociedades anônimas para os efeitos de responsabilidade criminal, assim como, responderão solidariamente pelos prejuízos decorrentes de seus atos, se tiverem agido com culpa ou dolo.

28



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

R
L

Art. 59. Os cargos na Diretoria Executiva deverão ser ocupados por pessoas habilitadas, que reúnam a qualificação profissional exigida para o cargo, nos termos da regulamentação vigente e de conformidade com o Regimento Interno e demais normativos da Cooperativa Central, com ênfase à capacitação técnica requerida compatível com a complexidade das atividades inerentes, devendo atender, além destes, aos seguintes requisitos:

I – inexistência de parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, entre seus membros, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal;

II – não ser cônjuge ou companheiro(a) dos demais membros da Diretoria Executiva ou de membro dos Conselhos de Administração e Fiscal;

III – não ser, simultaneamente, empregado ou administrador ou deter participação em empresa que, por suas atividades, seja tida como concorrente da própria Cooperativa Central, das Cooperativas Filiadas, ou qualquer das entidades de cujo capital estas participem;

IV – não responder pessoalmente, nem a empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

V – não estar declarado falido ou insolvente, nem ter participado como administrador ou ter controlado firma ou sociedade concordatária, insolvente ou esteja em processo de recuperação judicial e nem ter participado da administração de instituições financeiras, inclusive cooperativas, cuja autorização de funcionamento tenha cessado ou não prorrogada, ou tenha estado em liquidação extrajudicial ou sob intervenção;

VI – reunir reputação ilibada;

VII – não ocupar simultaneamente cargo político-partidário, seja posto eletivo ou membro de executiva partidária, não tê-lo ocupado no último exercício civil e nem exercer atividade desta natureza enquanto no exercício do cargo, tendo em vista o princípio cooperativo da neutralidade política e a necessidade de representação uniforme de todo quadro social;

VIII – não ter impedimentos legais e nem estar condenado em processos cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou que tenha sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade;

IX – não ter sido declarado inabilitado para cargos de administração em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão do Poder Público, aí incluídas as entidades de previdência privada e as sociedades seguradoras, bem como em quaisquer companhias abertas;

X – não ter patrocinado como parte ou procurador, medida judicial contra a própria Cooperativa Central ou Cooperativa Filiada, excluídas as ações que já transitaram em julgado, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato;

XI – demais requisitos decorrentes de lei e de normas oficiais, bem como aqueles previstos no Regimento Interno.

Art. 60. A Diretoria Executiva rege-se pelas seguintes normas:

I – reúne-se ordinariamente, no mínimo uma vez por mês, conforme periodicidade definida pelo Conselho de Administração, em dia e hora previamente marcados e extraordinariamente, em qualquer data, sempre que necessário, por convocação do Diretor Executivo, da maioria do próprio Colegiado ou ainda, por solicitação do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

[Assinatura manuscrita]

II – delibera, validamente, por maioria simples de votos, reservado ao Diretor Executivo o voto de desempate.

§ 1º. As deliberações da Diretoria Executiva e as demais ocorrências substanciais nas reuniões serão consignadas em Atas, lavradas no livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes, de cujo conteúdo o Diretor Executivo deverá também dar pronto conhecimento aos Conselhos de Administração e Fiscal.

§ 2º. A convocação das reuniões da Diretoria Executiva dar-se-á por meio eletrônico. Independentemente da formalidade da convocação será considerada regular e válida a reunião a que comparecerem mais da metade dos membros da Diretoria Executiva.

§ 3º. Os membros da Diretoria Executiva não poderão participar de deliberações que envolvam quaisquer outras matérias que impliquem conflito de interesse próprio.

Art. 61. Sem prejuízo da responsabilidade legal própria de todos os componentes do Conselho de Administração, também os integrantes da Diretoria Executiva, para o exercício de funções executivas, respondem solidariamente, com seu patrimônio pessoal, pelas obrigações assumidas pela Cooperativa Central durante a sua gestão, até a aprovação das contas ao final do seu mandato ou em face de ações ou omissões, se comprovada a má-fé, culpa ou dolo, em seus atos de gestão na Cooperativa Central, até que se cumpram integralmente as obrigações.

Parágrafo único. Os mesmos administradores, se por gestão temerária ou omissão grave de deveres, darem causa à insuficiência de liquidez no Sistema de Transferência de Reservas – STR, no Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB ou nas Câmaras de Compensação, Liquidação e Custódia ou determinarem prejuízo à Cooperativa Central, responderão, diretamente, com seu próprio patrimônio, pelo ressarcimento dos danos.

Art. 62. Sem prejuízo da ação que couber a qualquer Cooperativa Filiada, a Cooperativa Central, através de seus órgãos sociais, em conjunto ou isoladamente, desde já aqui autorizados ou representada por Delegado escolhido em Assembleia Geral, tem direito de ação contra os administradores e tomará prontamente as medidas cabíveis, inclusive no âmbito judicial, para promover a responsabilização destes, cujas ações ou omissões tenham como consequência quaisquer prejuízos à Cooperativa Central.

Seção II

Das Competências da Diretoria Executiva

Art. 63. Compete à Diretoria Executiva responder pela gestão executiva da Cooperativa Central, acompanhando o estado econômico-financeiro e social do Sistema Ailos e responsabilizando-se pela definição, desenvolvimento e execução de ações que visem o atendimento às diretrizes e metas traçadas no plano estratégico. Compete ainda:

I – cumprir as diretrizes e metas fixadas pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral, bem como o planejamento estratégico, prestando contas a estes órgãos quanto às medidas adotadas;

II – elaborar e cumprir o plano tático e os orçamentos, apoiar o desenvolvimento do planejamento estratégico e dos planos periódicos de trabalho, submetendo-os para deliberação do Conselho de Administração, adotando medidas para a implementação e cumprimento das diretrizes estabelecidas;

III – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno, a legislação e regulamentação em vigor, as normas próprias do Sistema Ailos, bem assim as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

30



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

[Assinatura manuscrita]

- IV** – elaborar e propor ao Conselho de Administração a edição de políticas, regimentos internos e resoluções necessários ao bom funcionamento do Sistema Ailos, bem como propor alterações que julgar relevantes nos documentos já existentes, assegurando a atualização periódica destes;
- V** – promover a supervisão e controle do Sistema Ailos, mantendo serviços de apoio técnico, de orientação e de inspeção da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas;
- VI** – responder pela gestão dos riscos, dentre eles, os riscos de crédito, de mercado, operacional, de liquidez e socioambiental da Cooperativa Central e pelo sistema de controles internos;
- VII** – estruturar e coordenar o quadro funcional da Cooperativa Central;
- VIII** – estabelecer e zelar para que padrões de ética e de conduta profissional façam parte da cultura organizacional e que sejam observados por todos os colaboradores;
- IX** – elaborar e submeter ao Conselho de Administração, proposta de criação de fundos;
- X** – adotar medidas saneadoras para as não conformidades apontadas relativas ao cumprimento das diretrizes, dos limites operacionais e patrimoniais, e dos procedimentos constantes na legislação cooperativista, nas normas, resoluções e circulares emanadas do Banco Central do Brasil, bem como da Cooperativa Central, inclusive Estatuto Social e Regimento Interno;
- XI** – deliberar sobre a implantação de produtos e serviços para o Sistema Ailos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XII** – deliberar sobre a concessão de operações de crédito para as Cooperativas Filiadas, de acordo com as diretrizes, estratégias, regras gerais, limites e alçadas fixadas pelo Conselho de Administração;
- XIII** – deliberar sobre a concessão de aceites, avais, fianças ou qualquer outro tipo de garantia a suas associadas, desde que pertinentes ao seu objeto social e, em consonância com este Estatuto Social e com as diretrizes do Sistema Ailos;
- XIV** – prestar informações às Cooperativas Filiadas quanto aos seus direitos e deveres, às operações e às atividades em geral da Cooperativa Central;
- XV** – formular normas internas relativas a assuntos de sua competência, inclusive elaboração de propostas de Regulamentos e Regimentos Internos para apreciação do Conselho de Administração;
- XVI** – contratar prestadores de serviços em caráter eventual ou não;
- XVII** – representar a Cooperativa Central nos eventos de participação social, divulgando os princípios e valores cooperativistas;
- XVIII** – zelar pelo cumprimento da legislação e das políticas e procedimentos internos, adotando medidas saneadoras para as não conformidades;
- XIX** – cumprir e responder, inclusive perante os órgãos reguladores e fiscalizadores, por outras atribuições designadas pelo Conselho de Administração;
- XX** – resolver os casos omissos.

Seção III

Das Competências do Diretor Executivo

Art. 64. Sem prejuízo de outras atribuições em decorrência de lei e deste Estatuto, compete ao Diretor Executivo, além das atribuições inerentes à Diretoria Executiva, em especial:

31



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

Handwritten signature and initials in blue ink.

I – presidir a Diretoria Executiva e coordenar os demais diretores, bem como os responsáveis pelas áreas sob sua responsabilidade direta, visando à eficiência no cumprimento dos objetivos e metas fixadas pelo Conselho de Administração;

II – agendar, convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;

III – praticar atos de gestão em geral, acompanhando o estado econômico-financeiro e a ocorrência de fatos relevantes no âmbito da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas, informando e prestando contas aos Conselhos de Administração e Fiscal;

IV – autorizar a alienação de bens móveis e imóveis, que sejam ou não de uso próprio da Cooperativa, podendo firmar, em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda com mandatário regularmente constituído, todos os documentos, inclusive contratos e escrituras públicas, e tomar quaisquer outras providências com vista à concretização e a execução da aquisição, alienação ou oneração dos referidos bens, exigindo-se autorização expressa da Assembleia Geral apenas para aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de uso próprio da Cooperativa Central;

V – assinar em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda com mandatário regularmente constituído, documentos pertinentes às suas obrigações estatutárias, assim como os representativos de obrigações ordinárias da Cooperativa Central;

VI – assinar isoladamente por si ou por mandatário(s) constituído(s), a documentação relativa a acordos em processos judiciais, acordos extrajudiciais e convenções coletivas e a documentação relativa aos colaboradores (admissão, demissão, atualizações), ceder e empenhar ou renunciar direitos de interesse da Cooperativa Central, a correspondência de rotina e todos e quaisquer outros documentos, desde que, por força do presente Estatuto Social e/ou do Regimento Interno não exijam assinatura conjunta;

VII – constituir em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, mandatários, tanto procuradores como prepostos, fixando-lhes, em instrumento de mandato hábil, atribuições, alçadas e responsabilidades, inclusive com prazo de vigência determinado;

VIII – responder pela elaboração do plano tático das áreas da Cooperativa Central, em conformidade com o planejamento estratégico, englobando as metas pertinentes;

IX – definir, integrar e implementar planos, projetos e ações estratégicas, em consonância com as políticas de gestão de pessoas do Sistema Ailos, visando prover talentos e assegurar uma equipe de colaboradores capacitada, motivada e alinhada à cultura e aos valores cooperativistas, buscando o alcance dos resultados e dos objetivos estratégicos;

X – responder pelo fornecimento correto e tempestivo das informações ao Banco Central do Brasil, previstas em normas legais e regulamentares;

XI – zelar pelos serviços de ouvidoria, bem como pelo atendimento das denúncias e reclamações perante o Banco Central do Brasil;

XII – responder, em conjunto com o Diretor de Riscos e Controladoria, pelo gerenciamento dos riscos, dentre eles, os riscos de crédito, de mercado, operacional, socioambiental e de liquidez da Cooperativa Central, implantando medidas para a sua mitigação;

XIII – representar e responder pela Cooperativa Central ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, com poderes de representação, podendo delegar a função a outro membro da Diretoria Executiva, ou ainda a outros procuradores ou prepostos;

32



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

- XIV** – adotar medidas para assegurar o cumprimento das normas do Banco Central do Brasil que tratam das atribuições especiais das Cooperativas Centrais em relação às Cooperativas Filiadas e suas obrigações, respondendo por estas perante este órgão regulador;
- XV** – responder, em conjunto com o Diretor de Riscos e Controladoria, pela implementação, aderência e atualização do conjunto de normas do Sistema Ailos, assegurando o cumprimento, por parte da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas, dos normativos oficiais e regulamentares, além de responder pela existência, observância, efetividade e funcionalidade dos procedimentos relacionados ao sistema de controles internos;–
- XVI** – responder pelos assuntos aos quais foi designado pelo Conselho de Administração, inclusive perante os órgãos reguladores e fiscalizadores, conforme designado em ata do referido Conselho;
- XVII** – executar outras atribuições semelhantes conforme necessidades.

Seção IV

Das Competências do Diretor de Operações e Produtos

Art. 65. Sem prejuízo de outras atribuições em decorrência de lei e deste Estatuto, compete ao Diretor de Operações e Produtos, além das atribuições inerentes à Diretoria Executiva, em especial:

- I** – responder, em conjunto com o Diretor Executivo, pelas atividades ligadas aos negócios do Sistema Ailos, incluindo a avaliação de desempenho dos produtos e serviços diante das metas traçadas e a elaboração de propostas para implementação de novos produtos e serviços ou para o aprimoramento daqueles já existentes, bem como acompanhar o estado econômico-financeiro da Cooperativa Central e Cooperativas Filiadas;
- II** – autorizar a alienação de bens móveis e imóveis, que sejam ou não de uso próprio da Cooperativa, podendo firmar, em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda com mandatário regularmente constituído, todos os documentos, inclusive contratos e escrituras públicas, e tomar quaisquer outras providências com vista à concretização e a execução da aquisição, alienação ou oneração dos referidos bens, exigindo-se autorização expressa da Assembleia Geral apenas para aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de uso próprio da Cooperativa Central;
- III** – assinar em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda com mandatário regularmente constituído, documentos pertinentes às suas obrigações estatutárias, assim como os representativos de obrigações ordinárias da Cooperativa Central;
- IV** – constituir em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, mandatários, tanto procuradores como prepostos, fixando-lhes, em instrumento de mandato hábil, atribuições, alçadas e responsabilidades, inclusive com prazo de vigência determinado;
- V** – elaborar e propor plano tático relativo a produtos e serviços e a geração de negócios do Sistema Ailos, de conformidade com a planificação estratégica, englobando as metas pertinentes;
- VI** – acompanhar as mudanças de conjunturas causadas por regulamentações, tendências econômicas e competição, adiantando-se às flutuações do mercado;
- VII** – propor as políticas e diretrizes de caráter interno dos assuntos voltados aos negócios e operações do Sistema Ailos, submetendo-os à apreciação da Diretoria Executiva;
- VIII** – coordenar a realização de estudos que identifiquem novas oportunidades de negócios para o Sistema Ailos, bem como para a implementação de novos produtos e serviços;

33



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

IX – administrar o desenvolvimento de campanhas de comunicação e marketing do Sistema Ailos, visando criar a comunicação para públicos específicos, mantendo a imagem institucional e incentivando a comercialização dos produtos;

X – responder pelos assuntos aos quais foi designado pelo Conselho de Administração, inclusive perante os órgãos reguladores e fiscalizadores, conforme designado em ata do referido Conselho;

XI – representar e responder pela Cooperativa Central administrativamente com poderes de representação;

XII – executar outras atribuições semelhantes conforme necessidades.

Seção V

Das Competências do Diretor de Crédito e Financeiro

Art. 66. Sem prejuízo de outras atribuições em decorrência de lei e deste Estatuto, compete ao Diretor de Crédito e Financeiro, além das atribuições inerentes à Diretoria Executiva, em especial:

I – responder, em conjunto com o Diretor Executivo, pelas atividades ligadas ao crédito e às operações financeiras realizadas no âmbito da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas;

II – autorizar a alienação de bens móveis e imóveis, que sejam ou não de uso próprio da Cooperativa, podendo firmar, em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda com mandatário regularmente constituído, todos os documentos, inclusive contratos e escrituras públicas, e tomar quaisquer outras providências com vista à concretização e a execução da aquisição, alienação ou oneração dos referidos bens, exigindo-se autorização expressa da Assembleia Geral apenas para aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de uso próprio da Cooperativa Central;

III – assinar em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda com mandatário regularmente constituído, documentos pertinentes às suas obrigações estatutárias, assim como os representativos de obrigações ordinárias da Cooperativa Central;

IV – constituir em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, mandatários, tanto procuradores como prepostos, fixando-lhes, em instrumento de mandato hábil, atribuições, alçadas e responsabilidades, inclusive com prazo de vigência determinado;

V – elaborar e propor plano tático relativo aos assuntos de crédito e às operações financeiras do Sistema Ailos, de conformidade com a planificação estratégica, englobando as metas pertinentes;

VI – acompanhar as mudanças de conjunturas causadas por regulamentações, tendências econômicas e competição, tentando adiantar-se contra as flutuações do mercado;

VII – propor as políticas e diretrizes de caráter interno dos assuntos voltados ao crédito e às operações financeiras do Sistema Ailos, bem como às atividades administrativas da Cooperativa Central, submetendo-os à apreciação da Diretoria Executiva;

VIII – administrar os processos para tomar títulos por empréstimo, bem como para trocar e emprestar títulos integrantes da carteira do Sistema Ailos, quando se tratar de operações liquidadas financeiramente no âmbito de câmaras ou prestadores de serviço de compensação e liquidação, respondendo ao Banco Central do Brasil sobre estes tipos de operações;

IX – administrar os recursos de liquidez e os investimentos financeiros da Cooperativa Central, levando em conta as opções financeiras oferecidas pelo mercado financeiro, assegurando a liquidez das transações, objetivando maximizar o retorno esperado das operações, em

34



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

[Assinaturas manuscritas em azul]

consonância com as políticas institucionais, em especial, as políticas de investimento, de risco de crédito, mercado e de liquidez;

X – administrar a realização dos processos de compensação, Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, convênios, custódia e liquidação financeira de títulos, bem como o pagamento de tributos e de fornecedores de produtos e serviços, respondendo por estes assuntos perante o Banco Central do Brasil;

XI – administrar o processo de definição de limites e liberação de crédito e repasses para as Cooperativas Filiadas, em consonância com as políticas de crédito da Cooperativa Central e do Sistema Ailos;

XII – administrar os processos de liquidação e custódia dos títulos públicos e privados constantes da carteira de investimentos da Cooperativa Central, diretamente ou por intermédio de parceiros devidamente habilitados no mercado, junto à SELIC, CETIP ou outras câmaras oficialmente autorizadas;

XIII – identificar fontes e propor parcerias de mercado para captação de recursos a serem repassados para as Cooperativas Filiadas e seus respectivos associados;

XIV – responder pelos assuntos aos quais foi designado pelo Conselho de Administração, inclusive perante os órgãos reguladores e fiscalizadores, conforme designado em ata do referido Conselho;

XV – representar e responder pela Cooperativa Central administrativamente com poderes de representação;

XVI – executar outras atribuições semelhantes conforme necessidades.

Seção VI

Das Competências do Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços

Art. 67. Sem prejuízo de outras atribuições em decorrência de lei e deste Estatuto, compete ao Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços, além das atribuições inerentes à Diretoria Executiva, em especial:

I – responder, em conjunto com o Diretor Executivo, pelos assuntos de tecnologia da informação e de aquisições de bens e serviços de infraestrutura;

II – autorizar a alienação de bens móveis e imóveis, que sejam ou não de uso próprio da Cooperativa, podendo firmar, em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda com mandatário regularmente constituído, todos os documentos, inclusive contratos e escrituras públicas, e tomar quaisquer outras providências com vista à concretização e a execução da aquisição, alienação ou oneração dos referidos bens, exigindo-se autorização expressa da Assembleia Geral apenas para aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de uso próprio da Cooperativa Central;

III – assinar em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda com mandatário regularmente constituído, documentos pertinentes às suas obrigações estatutárias, assim como os representativos de obrigações ordinárias da Cooperativa Central;

IV – constituir em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, mandatários, tanto procuradores como prepostos, fixando-lhes, em instrumento de mandato hábil, atribuições, alçadas e responsabilidades, inclusive com prazo de vigência determinado;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

l
f

- V** – elaborar e propor o plano tático relativo aos assuntos de tecnologia da informação e de serviços de infraestrutura do Sistema Ailos, de conformidade com a planificação estratégica, englobando as metas pertinentes;
- VI** – administrar o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas operacionais, bem como a implementação de banco e redes de dados e das ferramentas de infraestrutura, segurança e de telecomunicações, observando as prioridades estabelecidas, os prazos definidos, os níveis de qualidade adequados e a relação custo/benefício;
- VII** – supervisionar e orientar o desenvolvimento de estudos e propostas para a implementação das melhores práticas de mercado que visem à atualização tecnológica do Sistema Ailos;
- VIII** – garantir a segurança, a confiabilidade, a retenção e a alta disponibilidade dos dados armazenados nos sistemas operacionais;
- IX** – administrar o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas aplicativos, garantindo a confiabilidade, a segurança e a disponibilidade das informações de negócio;
- X** – realizar o suporte técnico e operacional para a Cooperativa Central e para as Cooperativas Filiadas;
- XI** – responder pelos assuntos aos quais foi designado pelo Conselho de Administração, inclusive perante os órgãos reguladores e fiscalizadores, conforme designado em ata do referido Conselho;
- XII** – representar e responder pela Cooperativa Central administrativamente com poderes de representação;
- XIII** – executar outras atribuições semelhantes conforme necessidades.

Seção VII

Das Competências do Diretor de Riscos e Controladoria

Art. 68. Sem prejuízo de outras atribuições em decorrência de lei e deste Estatuto, compete ao Diretor de Riscos e Controladoria, além das atribuições inerentes à Diretoria Executiva, em especial:

- I** – responder, em conjunto com o Diretor Executivo, pelas atividades contábeis, tributárias, de acompanhamento orçamentário, do sistema de controles internos e informações gerenciais de custos e de desempenho, bem como pelas atividades relacionadas aos informes legais, assuntos societários, jurídicos e de segurança corporativa, no âmbito da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas;
- II** – responder em conjunto com o Diretor Executivo, pelo gerenciamento dos riscos, dentre eles, os riscos de crédito, de mercado, operacional, socioambiental e de liquidez da Cooperativa Central, implantando medidas para a sua mitigação, respondendo por estes riscos perante o Banco Central do Brasil e os Conselhos de Administração e Fiscal;
- III** – responder pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil e os Conselhos de Administração e Fiscal;
- IV** - supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de capital e de riscos;
- V** – responder pela adequação e acompanhamento do apetite a risco da Cooperativa Central;
- VI** – responder pela adequada capacitação dos envolvidos no gerenciamento de riscos, incluindo terceiros;

36



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

- VII** – subsidiar e participar no processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o Conselho de Administração;
- VIII** – responder, em conjunto com o Diretor Executivo, pela implementação, aderência e atualização do conjunto de normas do Sistema Ailos, assegurando o cumprimento, por parte da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas, dos normativos oficiais e regulamentares, além de responder pela existência, observância, efetividade e funcionalidade dos procedimentos relacionados ao sistema de controles internos;
- IX** – autorizar a alienação de bens móveis e imóveis, que sejam ou não de uso próprio da Cooperativa, podendo firmar, em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda com mandatário regularmente constituído, todos os documentos, inclusive contratos e escrituras públicas, e tomar quaisquer outras providências com vista à concretização e a execução da aquisição, alienação ou oneração dos referidos bens, exigindo-se autorização expressa da Assembleia Geral apenas para aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de uso próprio da Cooperativa Central;
- X** – assinar em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, ou ainda com mandatário regularmente constituído, documentos pertinentes às suas obrigações estatutárias, assim como os representativos de obrigações ordinárias da Cooperativa Central;
- XI** – constituir em conjunto com outro integrante da Diretoria Executiva, mandatários, tanto procuradores como prepostos, fixando-lhes, em instrumento de mandato hábil, atribuições, alçadas e responsabilidades, inclusive com prazo de vigência determinado;
- XII** – elaborar e propor o plano tático relativo aos assuntos contábeis, tributários, de controle, gestão de risco e *compliance*, de informes legais, societários, jurídicos e de segurança corporativa do Sistema Ailos, em conformidade com a planificação estratégica, englobando as metas pertinentes;
- XIII** – acompanhar as atividades relacionadas às auditorias internas e externas e/ou inspeções do Banco Central do Brasil, bem como assegurar a prestação de informações de natureza contábil, patrimonial, econômica, financeira e não financeira aos órgãos reguladores e áreas internas;
- XIV** – responder pelo fornecimento correto e tempestivo das informações relativas à área contábil, bem como pela atualização dos dados da Cooperativa Central e Cooperativas Filiadas no UNICAD - Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central, perante o Banco Central do Brasil e demais bancos de dados oficiais;
- XV** – responder pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação perante o Banco Central do Brasil;
- XVI** – assegurar o registro, a mensuração, o controle e a avaliação dos custos da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas;
- XVII** – garantir o efetivo controle sobre o pagamento de despesas com aquisição de bens e serviços realizada pela Cooperativa Central;
- XVIII** – apoiar o desenvolvimento de novos produtos e serviços, elaborando pareceres dos assuntos de sua competência;



R
L

XIX – zelar pela elaboração e tempestiva remessa de informações relativas à apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares, respondendo por este assunto perante o Banco Central do Brasil;

XX – assegurar a execução dos testes periódicos de conformidade e efetividade do sistema de controles internos;

XXI – assegurar a comunicação ao Banco Central do Brasil das irregularidades ou situações de exposição anormal a riscos, identificadas no âmbito do Sistema Ailos, comunicando ainda as medidas tomadas ou recomendadas e eventuais obstáculos para sua implementação, destacando as ocorrências que indiquem possibilidade de futuro desligamento de Cooperativa Filiada;

XXII – responder pelo cumprimento dos normativos oficiais relativos à prevenção, ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, perante o Banco Central do Brasil;

XXIII – responder pelos assuntos aos quais foi designado pelo Conselho de Administração, inclusive perante os órgãos reguladores e fiscalizadores, conforme designado em ata do referido Conselho;

XXIV – representar e responder pela Cooperativa Central administrativamente com poderes de representação;

XXV – executar outras atribuições semelhantes conforme necessidades.

TÍTULO VII DA OUVIDORIA

Art. 69. A Cooperativa Central manterá, nos termos da legislação e normativos vigentes, componente organizacional único de Ouvidoria, para atendimento às demandas tanto da própria Cooperativa Central, quanto das suas Cooperativas Filiadas, visando atuar como canal de comunicação entre as Cooperativas Filiadas e seus associados, bem como com o intuito de possibilitar-lhes o registro de suas reclamações, de forma a assegurar a restrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor, atuando inclusive na mediação de conflitos.

Art. 70. Constituem atribuições da ouvidoria:

I – prestar atendimento de última instância às demandas dos associados e usuários de produtos e serviços, que não tiverem sido solucionadas nos demais canais de atendimento disponibilizados pela Cooperativa Filiada;

II – prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;

III – informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar o prazo estabelecido pelo órgão regulador, contados da data da protocolização da ocorrência;

IV – encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado no inciso III deste artigo;

V – propor ao Conselho de Administração das Cooperativas Filiadas, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas;

38



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

VI – elaborar e encaminhar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da ouvidoria, contendo as proposições de que trata o inciso anterior.

§ 1º. O serviço prestado pela ouvidoria aos associados e usuários dos produtos e serviços da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas deve ser identificado por meio de número de protocolo de atendimento.

§ 2º. Os relatórios de que trata o inciso VI devem permanecer à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos na sede da Cooperativa Central.

Art. 71. Os serviços de ouvidoria deverão ser disponibilizados de forma gratuita por meio de canais ágeis e eficazes.

Art. 72. Compete tanto à Cooperativa Central quanto às Cooperativas Filiadas dar ampla divulgação sobre a existência da ouvidoria, bem como de informações completas acerca da sua finalidade e forma de utilização.

Art. 73. É de responsabilidade das Cooperativas Filiadas divulgar e manter atualizado o número telefônico para atendimento da ouvidoria em local e formato visível ao público no recinto das suas dependências, bem como nos respectivos sítios eletrônicos na internet e nos demais canais de comunicação utilizados para difundir os produtos e serviços da Cooperativa e, ainda em sistema de informações, na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Art. 74. A designação e a destituição do Ouvidor são de competência do Conselho de Administração da Cooperativa Central, devendo a escolha ser feita na primeira reunião ordinária após a sua posse e recair, necessariamente, sobre integrante dos quadros da Cooperativa Central.

§ 1º. A designação do Ouvidor fica condicionada à comprovação de aptidão no exame de certificação, organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica que abrangerá temas relacionados à ética, aos direitos do consumidor e à mediação de conflitos.

§ 2º. Em caso de renúncia ou destituição do Ouvidor, deverá ser escolhido um novo integrante para o cargo na primeira reunião subsequente do Conselho de Administração.

§ 3º. São motivos de destituição do cargo de Ouvidor a falta de exercício adequado de suas funções, nos termos deste Estatuto Social, ou qualquer outro motivo que desabone a sua conduta para o exercício da função.

§ 4º. A deliberação acerca da destituição do Ouvidor pode ocorrer a pedido de qualquer dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal Efetivo ou de qualquer das Cooperativas Filiadas, sendo que, neste último caso, o pedido deverá ser subscrito por pelo menos 3 (três) Cooperativas Filiadas.

Art. 75. A função de Diretor Responsável pela ouvidoria será exercida pelo Diretor Executivo, nos termos do disposto no presente Estatuto Social.

Art. 76. O Ouvidor e o Diretor Responsável pela ouvidoria responderão por todas as Cooperativas Filiadas que utilizarem o componente organizacional, perdurando os seus mandatos pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, devendo seus nomes ser inseridos e mantidos atualizados no UNICAD – Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central do Brasil.

Art. 77. Compete aos Conselhos de Administração da Cooperativa Central e das Cooperativas Filiadas criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, além de assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta

39



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

TÍTULO VIII

DO EXERCÍCIO SOCIAL, SOBRAS E PERDAS E FUNDOS SOCIAIS

Art. 78. O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se no último dia de cada ano.

Art. 79. Levantar-se-ão dois balanços no exercício, sendo um no último dia de junho e outro no último dia de dezembro.

Art. 80. As sobras apuradas ao final de cada exercício (resultado consolidado) se houver, após a aprovação do Balanço, serão destinadas da seguinte forma:

I – 40% (quarenta por cento), no mínimo, para o Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento da Cooperativa Central;

II – 10% (dez por cento), no mínimo, para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) destinado às Cooperativas Filiadas, aos empregados da Cooperativa Central e à comunidade situada na área de ação da Cooperativa Central;

III – o saldo que restar ficará à disposição da Assembleia Geral para destinações que entender convenientes, obedecido ao disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º. Sempre que a Cooperativa Central não atingir a estrutura patrimonial exigida e/ou estipulada pela autoridade monetária e por normas internas fixadas no âmbito da Cooperativa Central, para suportar as operações necessárias ao cumprimento de seus objetivos, as sobras disponíveis, obedecida à sistemática de rateio prevista neste Estatuto, deverão ser transformadas até o limite necessário, em novas quotas-partes de capital das Cooperativas Filiadas ou destinadas adicionalmente ao próprio Fundo de Reserva.

§ 2º. Reverterão em favor do Fundo de Reserva os auxílios ou doações sem destinação específica.

§ 3º. Os fundos previstos nos incisos I e II deste artigo são indivisíveis entre as Cooperativas Filiadas, mesmo nos casos de dissolução ou liquidação da Cooperativa Central, hipótese em que terão destinação conforme determinação legal.

Art. 81. Além dos Fundos previstos no artigo anterior, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos e provisões, com recursos obrigatoriamente destinados a fins específicos, com caráter temporário, fixando o modo de formação, aplicação e futura devolução às Cooperativas Filiadas que contribuíram com a sua formação.

Art. 82. O rateio das sobras entre as Cooperativas Filiadas dar-se-á proporcionalmente às operações por elas realizadas com a Cooperativa Central.

Art. 83. Quando, no exercício, verificarem-se perdas, sendo o saldo do Fundo de Reserva insuficiente para cobri-las, deverão ser suportadas pelas Cooperativas Filiadas mediante rateio proporcional às operações por elas realizadas.

Parágrafo único. Mediante decisão da Assembleia Geral poderá ser compensado, por meio de sobras dos exercícios seguintes, o saldo remanescente das perdas verificadas no exercício findo, desde que estejam sendo cumpridos os limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente, conservando o controle da parcela correspondente a cada Cooperativa Filiada no saldo das perdas retidas.

TÍTULO IX

40



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 84. Além de outras hipóteses previstas em lei, a Cooperativa Central dissolve-se de pleno direito:

I – quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 3 (três) Cooperativas Filiadas, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II – pela alteração de sua forma jurídica;

III – pela redução do número de Cooperativas Filiadas para menos de 03 (três), ou do capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;

IV – pelo cancelamento da autorização para funcionar;

V – pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 85. A liquidação da Cooperativa Central obedece às normas legais e regulamentares próprias, devendo em especial imediatamente ser nomeados um ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de 03 (três) membros para proceder a sua liquidação.

§ 1º. A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos.

§ 2º. Em todos os atos e operações, os liquidantes deverão usar a denominação da Cooperativa Central seguida da expressão "Em Liquidação".

§ 3º. O processo de liquidação só poderá ser iniciado após anuência do Banco Central do Brasil.

Art. 86. A dissolução da Cooperativa Central implicará no cancelamento da autorização para funcionar e do registro.

Art. 87. Os liquidantes terão todos os poderes normais de administração, bem como os de praticar atos e operações necessárias à realização do ativo e pagamento do passivo.

Parágrafo único. No caso de dissolução da Cooperativa Central, o remanescente patrimonial não comprometido e os fundos constituídos de acordo com o estabelecido no presente Estatuto Social serão destinados de acordo com o que dispuser a legislação em vigor.

TÍTULO X

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88. Qualquer reforma estatutária, fusão, incorporação ou desmembramento depende de prévia e expressa aprovação do Banco Central do Brasil para que possa entrar em vigor e ser arquivada no Órgão de Registro Competente.

Art. 89. A Cooperativa Central submeterá à aprovação do Banco Central do Brasil, no prazo de 15 (quinze) dias, os nomes dos membros eleitos para os Conselhos de Administração e Fiscal (efetivos e suplentes), bem como os nomes dos escolhidos pelo Conselho de Administração para compor a Diretoria Executiva.

Art. 90. A posse dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva será de acordo com as disposições do Banco Central do Brasil.

Art. 91. A Cooperativa Central é aderente ao programa de autogestão do Cooperativismo Estadual, cumprindo os dispositivos nele contidos.

41



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Art. 92. Os documentos pertinentes às operações e às obrigações ordinárias da Cooperativa Central, como, documentos comerciais e bancários, inclusive os contratos em geral, escrituras onde a outorgante figure como credora, abertura de contas bancárias e movimentações, emissão e endosso de cheques e requisição de talões, retiradas mediante recibos, ordens de crédito e débitos, transferência de numerários e pagamentos por meio de cartas e por meios eletrônicos, recibos de depósitos cooperativos, empréstimos e obrigações em qualquer estabelecimento de crédito, fianças, avais, confissão de dívidas, renúncia, cessão e transferência de direitos, aceite de duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e títulos de crédito, desconto, caução e entrega para cobrança bancária de notas promissórias, letras de câmbio, ofícios e requerimentos, títulos de crédito, cartas de anuência para cancelamento ou baixa de protestos, ações, livros fiscais e comerciais, guias de recolhimento de impostos, taxas e emolumentos em geral, e demais documentos constitutivos de responsabilidade ou de obrigação da Cooperativa Central, excluídos os documentos conforme disposto nos arts. 47, incisos XII e XVII e 64, inciso VI, deverão obrigatoriamente ser assinados por, no mínimo 02 (duas) pessoas com poderes para tanto, conforme segue:

a) por dois membros da Diretoria Executiva;

b) por um membro da Diretoria Executiva e um Procurador;

c) por dois procuradores, desde que autorizados pela Diretoria Executiva, a qual deverá estabelecer os critérios, prazos e limites de poder para a assinatura de documentos nesta condição.

Parágrafo único. O mandato outorgado a empregado da Cooperativa Central ou a outro Procurador deverá ser assinado em conjunto de, no mínimo, 02 (duas) pessoas, com poderes para tanto, dentre elas, o Diretor Executivo, o Diretor de Operações e Produtos, o Diretor de Crédito e Financeiro, o Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços ou o Diretor de Riscos e Controladoria, e não poderá ter prazo de validade superior ao da gestão dos outorgantes, salvo o mandato *ad judícia*.

Art. 93. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos de acordo com a lei e os princípios cooperativistas, ouvidos, quando for a hipótese, os órgãos sociais da Cooperativa Central.

Art. 94. O presente Estatuto Social foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 22/12/2022 e entrará em vigor após a sua aprovação pelo Banco Central do Brasil, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau/SC, 22 de dezembro de 2022.

Moacir Krambeck

Uwe Stortz

Eduardo Vieira Ferrari

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

42



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

[Handwritten signatures in blue ink]



231505825

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS
PROTOCOLO	231505825 - 07/02/2023
ATO	019 - ESTATUTO SOCIAL
EVENTO	019 - ESTATUTO SOCIAL

MATRIZ

NIRE 42400018289
 CNPJ 05.463.212/0001-29
 CERTIFICO O REGISTRO EM 07/02/2023
 SOB N: 20231505825

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 05177534723 - VIVIANE TAVARES RODRIGUES - Assinado em 03/02/2023 às 15:21:37



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/02/2023 Data dos Efeitos 30/01/2023

Arquivamento 20231505825 Protocolo 231505825 de 07/02/2023 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 169824624492605

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

07/02/2023

R
A

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO – AILOS

CNPJ: 05.463.212/0001-29

Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE: 4240001828-9

Endereço: Rua General Osório, nº 1.180 – Bairro Velha – Blumenau/SC, CEP 89.041-002



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxi32M0C-2qx2Cb7a3iQ&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CvuirA
 ASSINADO DIGITALMENTE POR: 05989926936-WAYARA CAROLINA WAMMLING SCHRAMM STRUBE

ATA SUMÁRIA Nº 30 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL DE
28/01/2022

- I. Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h00min, na sede da Cooperativa, localizada na Rua General Osório, nº 1.180, Bairro Velha, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.041-002, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária Semipresencial da Cooperativa Central de Crédito – Ailos. A Assembleia foi convocada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, de forma tríplice, mediante editais afixados nas dependências comumente mais frequentadas pelas associadas, comunicação às associadas por meio de circulares e publicação do Edital de Convocação no Jornal Diário Catarinense e no Jornal de Beltrão, ambas edições de 14 de dezembro de 2021.
- II. A Assembleia foi realizada na modalidade semipresencial. A participação das associadas de forma presencial se deu na sede da Cooperativa, localizada na Rua General Osório, nº 1.180, Bairro Velha, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.041-002 e de forma digital via *Teams*, conforme previamente acordado com todos os presentes.
- III. PRESENCAS: estiveram presentes 13 (treze) Cooperativas Filiadas, conforme certificação feita pelo Presidente e Secretário na Lista de Presenças da Assembleia Geral Ordinária Semipresencial, realizando-se a Assembleia em primeira convocação. Esclarecido que nesta data é de 13 (treze) o número de associadas em condições de votar.
- IV. COMPOSIÇÃO DA MESA: Srs. Moacir Krambeck, Presidente do Conselho de Administração; Gelasio Gomes, Vice-Presidente do Conselho de Administração; Uwe Stortz, Secretário do Conselho de Administração; e Ivo Jose Bracht, Diretor Executivo.
 Observações: a) registra-se a participação nesta Assembleia dos Srs. José de Miranda Ramos Filho, Coordenador do Conselho Fiscal; Marcio Alexandre Obata Queiroz, Diretor de Riscos e Controladoria; Hélio Cordeiro Mariano, Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços; e Adelino Sasse, Diretor de Operações e Produtos; b) durante as deliberações sobre a prestação de contas do exercício findo, presidiu a Assembleia o Sr. Sergio Cadore, sendo secretariado pelo Sr. Nilton Rogerio Alves; c) durante a eleição dos membros do Conselho de Administração, presidiu a Assembleia o Sr. Vanildo Leoni, sendo secretariado pelo Sr. Ricardo da Silva; d) durante a fixação do valor dos honorários, das gratificações e das cédulas de presença do Conselho de Administração, presidiu a Assembleia o Sr. Vanildo Leoni, sendo secretariado pelo Sr. Ricardo da Silva.
- V. DELIBERAÇÕES: foram aprovadas por unanimidade dos votos, com abstenção dos legalmente impedidos de votar, as seguintes deliberações:
 1. Relatório do Conselho de Administração, Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos relativos à prestação de contas do exercício de 2021.
 2. Destinação das sobras apuradas no exercício de 2021: o resultado de 2021 foi igual a zero, não havendo sobras para distribuir entre as associadas.

1

D4Sign 371c6a6e-d74f-49c7-a5a0-49326e0e3f70 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
 Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 15/03/2022

Arquivamento 20226146200 Protocolo 226146200 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148766869205641

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and other illegible marks.

3. Plano de trabalho para o exercício de 2022: foi apresentado e aprovado o plano de trabalho para o exercício de 2022 contendo as principais estratégias, metas, projetos e indicadores da Cooperativa Central.
4. Eleição por aclamação dos componentes do Conselho de Administração com mandato até a AGO de 2026, conforme a seguir relacionados: Conselheiros de Administração: **ACENTRA: Dic Freire**, brasileiro, solteiro, engenheiro, nascido em 16/11/1955, inscrito no CPF sob o nº 331.875.411-00, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01339291961 – DETRAN/SC – emissão em 28/07/2020, residente e domiciliado na Rua Cecília Daros Casagrande, nº 191, apartamento 901, Bairro Comerciário, em Criciúma/SC, CEP 88.802-400; **ACREDICOOP: Ivan Roberto de Borba**, brasileiro, casado, economista, nascido em 03/09/1971, inscrito no CPF sob o nº 765.953.159-04, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00779234408 – DETRAN/SC – emissão em 13/09/2019, residente e domiciliado na Rua Dom Bosco, nº 155, Bloco 2, apartamento 302, Bairro Bom Retiro, em Joinville/SC, CEP 89.222-540; **CIVIA: Uwe Stortz**, brasileiro, casado, engenheiro, nascido em 29/08/1961, inscrito no CPF sob o nº 452.489.319-91, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01992472442 – DETRAN/SC – emissão em 28/07/2021, residente e domiciliado na Rua Paulo Parucker, nº 22, apartamento 42, Bairro Centro, em São Bento do Sul/SC, CEP 89.280-394; **CREDCREA: Gelasio Gomes**, brasileiro, casado, engenheiro civil, nascido em 14/04/1949, inscrito no CPF sob o nº 029.927.109-97, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01655492869 – DETRAN/SC – emissão em 07/08/2019, residente e domiciliado na Rua Hermann Blumenau, nº 115, Bairro Centro, em Florianópolis/SC, CEP 88.020-020; **CREDELESC: Wagner João Sagas**, brasileiro, casado, consultor, nascido em 26/04/1978, inscrito no CPF sob o nº 003.395.259-08, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00880024308 – DETRAN/SC – emissão em 27/12/2018, residente e domiciliado na Rua Expedicionário Aderbal Correa da Silva, nº 164, Bloco D, apartamento 402, Bairro São Sebastião, em Palhoça/SC, CEP 88.132-248; **CREDICOMIN: Nilton Rogerio Alves**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, nascido em 26/03/1959, inscrito no CPF sob o nº 345.232.439-72, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00770317215 – DETRAN/SC – emissão em 12/12/2019, residente e domiciliado na Rua Vidal Ramos Junior, nº 110, apartamento 22, Bairro Centro, em Lages/SC, CEP 88.502-120; **CREDIFOZ: Maria Izabel Pinheiro Sandri**, brasileira, casada, aposentada, nascida em 06/05/1954, inscrita no CPF sob o nº 246.758.579-49, portadora da Carteira de Identidade nº 233.791 – SSP/SC – emissão em 11/07/2013, residente e domiciliada na Rua Telêmaco Pereira Liberado, nº 44, Bairro Fazenda, em Itajaí/SC, CEP 88.301-630; **CREVISC: Gilberto Ronchi**, brasileiro, casado, contador, nascido em 09/03/1977, inscrito no CPF sob o nº 904.831.039-34, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01198113569 – DETRAN/SC – emissão em 03/12/2020, residente e domiciliado na Rua Romaldus Oscar Fischer, nº 37, Bairro Centro, Guaramirim/SC, CEP 89.270-000; **EVOLUA: Jerson Vivian**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 11/10/1968, inscrito no CPF sob o nº 708.806.709-91, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04760558036 – DETRAN/PR – emissão em 13/09/2019, residente e domiciliado na Rua Vitorino Vigneski, nº 23, Bairro Luther King, em Francisco Beltrão/PR, CEP 85.605-468; **TRANSPOCRED: Ari Rabaiolli**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 15/03/1955, inscrito no CPF sob o nº 219.266.899-68, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01678330763 – DETRAN/SC – emissão em 03/02/2021, residente e domiciliado na Travessa São José, nº 282, Bloco B, Apartamento 1.701, Bairro Centro, em Joinville/SC, CEP

2

D4Sign 371c6a6e-d74f-49c7-a5a0-49326e0e3f70 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 15/03/2022

Arquivamento 20226146200 Protocolo 226146200 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148766869205641

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022

89.201-495; **ÚNLOS: Eduardo Vieira Ferrari**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 11/12/1962, inscrito no CPF sob o nº 540.942.759-91, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02700422708, – DETRAN/SC – emissão em 06/02/2017, residente e domiciliado na Rua Itaipu, nº 42, Bairro Itacorubi, em Florianópolis/SC, CEP 88.034-540; **VIACREDI: Moacir Krambeck**, brasileiro, casado, economista, nascido em 31/08/1944, inscrito no CPF sob o nº 004.842.459-53, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00805115544 – DETRAN/SC – emissão em 23/06/2020, residente e domiciliado na Rua Lazio, nº 77, Bloco B, Apartamento 402, , Bairro Vila Nova, em Blumenau/SC, CEP 89.035-038; **VIACREDI ALTO VALE: Leocadio Meneghelli**, brasileiro, casado, economista, nascido em 20/07/1960, inscrito no CPF sob o nº 310.285.519-91, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01354371596 – DETRAN/SC – emissão em 13/01/2016, residente e domiciliado na Rua Padre Anchieta, nº 123, Bairro Ponto Chic, em Ibirama/SC, CEP 89.140-000. O cargo de **Presidente do Conselho de Administração** será exercido pelo Sr. **Moacir Krambeck**, de acordo com o previsto no art. 86 do Regimento Interno. O Conselho de Administração eleito escolheu o Sr. **Uwe Stortz**, para ocupar o cargo de **Vice-Presidente** e o Sr. **Eduardo Vieira Ferrari**, para ocupar o cargo de **Secretário**, de acordo com o § 3º, art. 39 do Estatuto Social. Declarações: a) declaram os Conselheiros eleitos que não estão impedidos por lei ou condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, bem como, não serem parentes dos demais membros eleitos até o segundo grau, em linha reta ou colateral; b) o Presidente declarou que a posse dos eleitos dependerá da homologação dos nomes pelo Banco Central do Brasil e arquivamento dos atos na Junta Comercial, que os eleitos não têm antecedentes criminais e que desconhece fatos desabonadores às suas condutas. De acordo com o Estatuto Social, foram apresentados à Assembleia Geral os integrantes da Diretoria Executiva, a seguir relacionados: **Diretor Executivo: Ivo José Bracht**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 17/03/1963, inscrito no CPF sob o nº 469.162.459-72, portador da Carteira de Identidade nº 1.413.220 – SSP/SC – emissão em 18/03/2009, residente e domiciliado na Rua Xavantes, nº 33, Bairro Água Verde, em Blumenau/SC, CEP 89.042-050; **Diretor de Riscos e Controladoria: Marcio Alexandre Obata Queiroz** brasileiro, casado, administrador, nascido em 11/01/1971, inscrito no CPF sob o nº 112.343.388-74, portador da Carteira de Identidade nº 21.475.471-6 – SSP/SP – emissão em 17/12/2013, residente e domiciliado na Rua Hermann Spernau, nº 60, Apartamento 3.033, Bairro Água Verde, em Blumenau/SC, CEP 89.037-506; **Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços: Helio Cordeiro Mariano**, brasileiro, casado, analista de sistemas, nascido em 20/05/1974, inscrito no CPF sob o nº 165.779.548-95, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01282368167 – DETRAN/SC – emissão em 17/09/2020, residente e domiciliado na Rua Pastor Stutzer, nº 80, apartamento 1.203, Bairro Jardim Blumenau, em Blumenau/SC, CEP 89.010-390; **Diretor Financeiro e Administrativo: Renato Ribeiro Pescara**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 05/04/1965, inscrito no CPF sob o nº 083.434.928-03, portador da Carteira de Identidade nº 18.415.282-3 – SSP/SP – emissão em 18/06/2010, residente e domiciliado na Rua São Leopoldo, nº 152, apartamento 1.403, Bairro Vila Nova, em Blumenau/SC, CEP 89.010-000; **Diretor de Operações e Produtos: Adelino Sasse**, brasileiro, casado, administrador,

3

D4Sign 371c6a6e-d74f-49c7-a5a0-49326e0e3f70 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, 52.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 15/03/2022

Arquivamento 20226146200 Protocolo 226146200 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148766869205641

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Blasco'.

- nascido em 10/06/1966, inscrito no CPF sob o nº 557.812.419-49, portador da Carteira de Identidade nº 1.580.913 – SSP/SC – emissão em 01/07/2015, residente e domiciliado na Rua Franz Hadlich, nº 195, Bairro Velha Central, em Blumenau/SC, CEP 89.040-180.
5. Fixação do valor dos honorários, das gratificações e das cédulas de presença do Conselho de Administração: foi aprovado o valor mensal de R\$ 124.445,06 (cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos) para o Conselho de Administração, com reajuste anual no mesmo percentual aplicado aos salários dos colaboradores, na data-base fixada pela Convenção Coletiva de Trabalho.
 6. Regulamento de Auditoria Interna do Sistema Ailos: o Regulamento foi aprovado pela Assembleia Geral e, ao final, foi assinado pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário.
 7. Ratificação das alterações do Regimento Interno realizadas pelo Conselho de Administração que, ao final, foi assinado pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário.
 8. Assuntos gerais de interesse da Cooperativa.
- VI. FECHO: O Presidente declara que atendeu todos os requisitos para a realização desta Assembleia Geral Ordinária Semipresencial, especialmente os previstos na Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 e certifica que estiveram presentes 13 (treze) associadas, cujas assinaturas constam na Lista de Presenças da Assembleia Geral Ordinária Semipresencial, nos termos do inciso V, art. 22, da Lei nº 5.764/71. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia Geral Ordinária Semipresencial, cuja Ata, lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente e Secretário. Esta Ata foi transcrita por meio eletrônico. Para fins de registro na Junta Comercial de Santa Catarina – JUCESC, o documento poderá ser assinado digitalmente pelas procuradoras: Jaqueline Leite Moreira Verdi, brasileira, casada, advogada, nascida em 03/10/1988, inscrita no CPF nº 057.674.039-02, portadora do RG nº 4.607.301; Mayara Carolina Warmling Schramm Strube, brasileira, casada, advogada, nascida em 27/01/1987, inscrita no CPF nº 059.899.269-36, portadora da Carteira de Identidade Profissional nº 30.198 – OAB/SC; e/ou Sabrina de Andrade Azevedo Carvalho, brasileira, casada, advogada, nascida em 02/03/1988, inscrita no CPF nº 064.298.089-63, portadora da Carteira de Identidade Profissional nº 30.880 – OAB/SC, todas com endereço profissional na Rua General Osório, nº 1.180, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina. A presente é cópia fiel e autêntica da que se encontra lavrada no Livro nº 01 de Atas de Assembleias Gerais da Cooperativa, folhas 317 a 320.

Moacir Krambeck

Presidente do Conselho de Administração
 [p. p. Jaqueline Leite Moreira Verdi,
 Mayara Carolina Warmling Schramm
 Strube e/ou Sabrina de Andrade Azevedo
 Carvalho]

Uwe Stortz

Secretário do Conselho de Administração
 [p. p. Jaqueline Leite Moreira Verdi,
 Mayara Carolina Warmling Schramm
 Strube e/ou Sabrina de Andrade Azevedo
 Carvalho]

4

D4Sign 371c6a6e-d74f-49c7-a5a0-49326e0e3f70 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
 Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 15/03/2022

Arquivamento 20226146200 Protocolo 226146200 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148766869205641

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022



5 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 04 de fevereiro de 2022,
 08:31:31



Ata Sumária AGO AILOS - VF pdf

Código do documento 371c6a6e-d74f-49c7-a5a0-49326e0e3f70

Assinaturas



Moacir Krambeck
 moacir@ailos.coop.br
 Assinou



Uwe Stortz
 uwe@civia.coop.br
 Assinou

Uwe Stortz

Eventos do documento

03 Feb 2022, 15:43:57

Documento 371c6a6e-d74f-49c7-a5a0-49326e0e3f70 **criado** por ANDREY EDUARDO SILVA (af8e1d8c-7688-45e3-9c13-64dadf7bb1c9). Email:societario@ailos.coop.br. - DATE_ATOM: 2022-02-03T15:43:57-03:00

03 Feb 2022, 15:45:04

Assinaturas **iniciadas** por ANDREY EDUARDO SILVA (af8e1d8c-7688-45e3-9c13-64dadf7bb1c9). Email: societario@ailos.coop.br. - DATE_ATOM: 2022-02-03T15:45:04-03:00

03 Feb 2022, 16:02:17

MOACIR KRAMBECK **Assinou** (ffb553ce-2e42-4e0e-91c6-ea1c1b7e3b49) - Email: moacir@ailos.coop.br - IP: 186.212.88.61 (186.212.88.61.static.host.gvt.net.br porta: 16180) - Geolocalização: -26.90681 -49.0862872 - Documento de identificação informado: 004.842.459-53 - DATE_ATOM: 2022-02-03T16:02:17-03:00

03 Feb 2022, 20:38:17

UWE STORTZ **Assinou** (e54c8eda-47d3-48e9-8866-9bcd434ec700) - Email: uwe@civia.coop.br - IP: 189.30.82.41 (189-30-82-41.bnut3702.dsl.brasiltelecom.net.br porta: 33776) - Documento de identificação informado: 452.489.319-91 - DATE_ATOM: 2022-02-03T20:38:17-03:00

Hash do documento original

(SHA256):c8d21a11a3c6a03a10f62704cba32b04e4e09f8f4499008429bcec5fd7b9c03d
 (SHA512):673db279a103f8b6bc2a94ded32f3cdf2f7d658ee793688b8341f85780576052c454137e4b5d91285e3a31e9c8d018f88ed145c4a79d59d3ae00d01657776a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 15/03/2022

Arquivamento 20226146200 Protocolo 226146200 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148766869205641

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 5618/2022-BCB/Deorf/GTPAL
Processo 0000204943

Porto Alegre, 11 de março de 2022.

À
Cooperativa Central de Crédito - Ailos

A/C do Senhor
Ivo José Bracht - Diretor Executivo

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 28 de janeiro de 2022:

- a) Eleição dos membros do Conselho de Administração, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026:

CPF	Nome	Cargo
004.842.459-53	Moacir Krambeck	Presidente
452.489.319-91	Uwe Stortz	Vice-Presidente
540.942.759-91	Eduardo Vieira Ferrari	Secretário
219.266.899-68	Ari Rabaiolli	Conselheiro
331.875.411-00	Dic Freire	Conselheiro
029.927.109-97	Gelasio Gomes	Conselheiro
904.831.039-34	Gilberto Ronchi	Conselheiro
765.953.159-04	Ivan Roberto de Borba	Conselheiro
708.806.709-91	Jerson Vivian	Conselheiro
310.285.519-91	Leocádio Meneghelli	Conselheiro
246.758.579-49	Maria Izabel Pinheiro Sandri	Conselheiro
345.232.439-72	Nilton Rogério Alves	Conselheiro
003.395.259-08	Vagner João Sagas	Conselheiro

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias úteis contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em Porto Alegre (GTPAL)
E-mail: gtpal.deorf@bcb.gov.br



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 15/03/2022

Arquivamento 20226146200 Protocolo 226146200 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148766869205641

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022



BANCO CENTRAL DO BRASIL

descritos no Sisorf 5.7.70.

3. Na decisão do pleito, o Banco Central do Brasil não entrou no mérito das deliberações que independem de sua aprovação, entre as quais aquelas a que se referem os incisos I e II do artigo 44 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

4. A propósito, em cumprimento ao contido no artigo 2º, § 2º, da Resolução BCB nº 108, de 24 de junho de 2021, comunicamos que o prazo para análise e decisão do pleito é de 60 dias, contados da data do protocolo.

Atenciosamente,

Paulo Renato Carneiro Abrahão
Gerente-Técnico

Diego da Rosa Real
Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em Porto Alegre (GTPAL)
E-mail: gtpal.deorf@bcbr.gov.br

2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 15/03/2022

Arquivamento 20226146200 Protocolo 226146200 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148766869205641

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022

Diego da Rosa Real



226146200

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS
PROTOCOLO	226146200 - 22/03/2022
ATO	006 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA
EVENTO	006 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

MATRIZ

NIRE 42400018289
CNPJ 05.463.212/0001-29
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/03/2022
SOB N: 20226146200

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 05989926936 - MAYARA CAROLINA WARMLING SCHRAMM STRUBE - Assinado em 21/03/2022 às 15:23:10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 15/03/2022

Arquivamento 20226146200 Protocolo 226146200 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148766869205641

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022



1 ATA Nº 267 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 2 DA COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO – AILOS, CNPJ Nº 05.463.212/0001-29,
 3 NIRE/JUCESC Nº 4240001828-9, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2022.
 4 Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às 09h00min, reuniram-se
 5 extraordinariamente, via Teams, todos os membros do Conselho de Administração, em atendimento
 6 ao inciso I, art. 43, do Estatuto Social. **Como primeiro ponto**, foi dada a posse aos 13 (treze)
 7 membros do Conselho de Administração eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 28/01/2022, que
 8 tiveram seus nomes homologados pelo Banco Central do Brasil, conforme Ofício nº 5.618/2022-
 9 BCB/Deorf/GTPAL, expedido em 11/03/2022 e registrado pela Junta Comercial do Estado de Santa
 10 Catarina em 22/03/2022, sob o arquivamento nº 20226146200, com mandato até a posse dos que
 11 forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026, quais sejam: **Presidente:** Moacir Krambeck
 12 (VIACREDI); **Vice-Presidente:** Uwe Stortz (CIVIA); **Secretário:** Eduardo Vieira Ferrari
 13 (ÚNILOS); **Conselheiros(as) de Administração:** Ari Rabaiolli (TRANSPOCRED), Dic Freire
 14 (ACENTRA), Gelásio Gomes (CREDCREA), Gilberto Ronchi (CREVISC), Ivan Roberto de Borba
 15 (ACREDICOOP), Jerson Vivian (EVOLUA), Leocadio Meneghelli (VIACREDI ALTO VALE),
 16 Maria Izabel Pinheiro Sandri (CREDIFOZ), Nilton Rogério Alves (CREDICOMIN) e Vagner João
 17 Sagas (CREDELESC). **Como segundo ponto**, foi dada a posse aos 05 (cinco) membros da Diretoria
 18 Executiva, escolhidos pelo Conselho de Administração em 28/01/2022, que tiveram seus nomes
 19 homologados pelo Banco Central do Brasil – BACEN, conforme Ofício nº 5.621/2022-
 20 BCB/Deorf/GTPAL, expedido em 11/03/2022 e registrado pela Junta Comercial do Estado de Santa
 21 Catarina em 22/03/2022, sob o arquivamento nº 20226142450, com mandato até a posse dos que
 22 forem escolhidos na reunião do Conselho de Administração de 2026, quais sejam: **Diretor**
 23 **Executivo:** Ivo José Bracht; **Diretor de Operações e Produtos:** Adelino Sasse; **Diretor de**
 24 **Tecnologia da Informação e Serviços:** Hélio Cordeiro Mariano; **Diretor de Riscos e**
 25 **Controladoria:** Marcio Alexandre Obata Queiroz e **Diretor Financeiro e Administrativo:** Renato
 26 Ribeiro Pescara. Cabe destacar que, em consonância com o art. 57 do Estatuto Social da Central
 27 Ailos, compete a este Conselho destituir os membros da Diretoria Executiva a qualquer tempo, mediante
 28 decisão lavrada em ata. **Como terceiro ponto**, tendo em vista a posse da nova Diretoria Executiva,
 29 foram escolhidos os Diretores responsáveis por área de atuação, conforme segue: **3.1) Diretor**
 30 **Executivo:** sistema RDR (Circ. 3.729); prevenção à lavagem de dinheiro (Circ. 3.978); ouvidoria
 31 (Res. 4.860); fornecimento de informações (Circ. 3.504); responsabilidade socioambiental (Res.
 32 4.327); compartilhamento Open Banking (Res. Conj. 01); autorização e cancelamento de débito conta
 33 depósito e em conta salário (Res. 4.790) e elaboração e remessa SVR (Res. nº 98); **3.2) Diretor de**
 34 **Tecnologia da Informação e Serviços:** política de segurança cibernética (Res. 4.658/Circ. 3.909);
 35 **3.3) Diretor de Riscos e Controladoria:** cooperativas filiadas (Res. 4.434); atualização dados no
 36 UNICAD (Circ. 3.165); área contábil (Res. 3.198); apuração limites e padrões mínimos (Circ. 3.398);
 37 apuração do montante RWA, PR e capital principal (Res. 4.193); cumprimento de limites máximos de
 38 exposição por cliente e exposições concentradas (Res. 4.677); gerenciamento de riscos – CRO (Res.
 39 4.557); gerenciamento capital (Res. 4.557); divulgação de informações de requerimento prudenciais
 40 (Res. 4.745); auditoria (Res. 4.588); reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação
 41 contábeis (Res. 4.924); normas/procedimentos de auditoria independente (Res. 130 e Res. 4.910); **3.4)**
 42 **Diretor Financeiro e Administrativo:** operações empréstimo e troca de títulos (Res. 3.197);
 43 assuntos relativos ao SPB (Circ. 3.281); registro de garantias sobre veículos/imóveis (Res. 4.088);
 44 assuntos do SELIC (Circ. 3.808); acordos para compensação e liquidação de obrigações no SFN (Res.

1



45 3.263); captação de recursos de municípios (Res. 4.659); operações de meio circulante (Circ. 3.940);
 46 questões relacionadas à participação no PIX (Carta Circ. 4.006); participação SPI e conta PI (Circ.
 47 4.027 e Carta Circ. 4.006); **3.5) Diretor de Operações e Produtos:** SCR (Circ. 3.870); contas de
 48 depósitos (Res. 4.753); cadastro clientes do SFN/CCS (Circ. 3.347); política relacionamento com
 49 clientes (Res. 4.539). Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata assinada pelos
 50 Conselheiros presentes. Blumenau/SC, 01 de abril de 2022.

51

52

Moacir Krambeck
 Presidente
 VIACREDI

Gelásio Gomes
 Vice-Presidente
 CREDCREA

Uwe Stortz
 Secretário
 CIVIA

53

54

55

56

Ari Rabaiolli
 TRANSPOCRED

Carlos A. Rath de Oliveira
 CREDICOMIN

Conrado Odebrecht Filho
 ACREDICOOP

57

58

59

60

Dic Freire
 ACENTRA

Eduardo Vieira Ferrari
 ÚNILOS

Gilberto Ronchi
 CREVISC

61

62

63

Jerson Vivian
 EVOLUA

Leocádio Meneghelli
 VIACREDI ALTO VALE

Maria Izabel Pinheiro Sandri
 CREDIFOZ

64

65

66

Vagner João Sagas
 CREDELESC



AILOS Ata CA 267 01042022 ext pdf

Código do documento 182d16a4-c2cd-4944-83fd-4f76d5f0092a

Assinaturas

- 
 Moacir Krambeck
 moacir@ailos.coop.br
 Assinou
- 
 GELASIO GOMES
 gomesgelasio71@gmail.com
 Assinou
- 
 Uwe Stortz
 uwe@civia.coop.br
 Assinou
- 
 Ari Rabaioli
 ari@aceville.com.br
 Assinou
- 
 CARLOS AUGUSTO RATH DE OLIVEIRA
 carlosrath11@gmail.com
 Assinou
- 
 Conrado Odebrecht Filho
 conrado@acredi.coop.br
 Assinou
- 
 Dic Freire
 dicfreire@bridgewithbrazil.com
 Assinou
- 
 EDUARDO VIEIRA FERRARI
 eduardo.ferrari@unilos.coop.br
 Assinou
- 
 gilberto ronchi
 gilberto@contabilidadeguaramirim.com.br
 Assinou
- 
 Jerson Vivian
 jersonv@gmail.com
 Assinou
- 
 Leocádio Meneghelli
 leocadio.meneghelli@viacredialtovale.coop.br
 Assinou
- 
 MARIA IZABEL PINHEIRO SANDRI
 bel_ps@terra.com.br
 Assinou



GELASIO GOMES

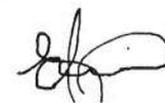
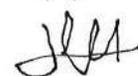
Uwe Stortz



Carlos Augusto Rath de Oliveira

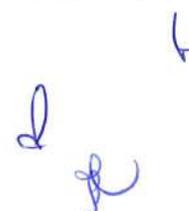
Conrado Odebrecht Filho

Dic Freire



MARIA IZABEL PINHEIRO SANDRI





Vagner João Sagás
 vagnerjsagas@yahoo.com.br
 Assinou

Vagner João Sagás

Eventos do documento

01 Apr 2022, 15:45:45

Documento 182d16a4-c2cd-4944-83fd-4f76d5f0092a **criado** por PAOLA CAROLINE BACK LINHARES (df465ca9-990f-4bc2-b370-c6580057e5be). Email:secretariagovernanca@ailos.coop.br. - DATE_ATOM: 2022-04-01T15:45:45-03:00

01 Apr 2022, 15:49:48

Assinaturas **iniciadas** por PAOLA CAROLINE BACK LINHARES (df465ca9-990f-4bc2-b370-c6580057e5be). Email: secretariagovernanca@ailos.coop.br. - DATE_ATOM: 2022-04-01T15:49:48-03:00

01 Apr 2022, 15:54:25

MARIA IZABEL PINHEIRO SANDRI **Assinou** (2461d15e-a5fd-46a2-8d3f-7d9df26f31b3) - Email: bel_ps@terra.com.br - IP: 191.179.128.48 (bfb38030.virtua.com.br porta: 11632) - Documento de identificação informado: 246.758.579-49 - DATE_ATOM: 2022-04-01T15:54:25-03:00

01 Apr 2022, 15:58:04

MOACIR KRAMBECK **Assinou** (ffb553ce-2e42-4e0e-91c6-ea1c1b7e3b49) - Email: moacir@ailos.coop.br - IP: 187.112.245.243 (187.112.245.243.static.host.gvt.net.br porta: 11658) - Geolocalização: -26.9069724 -49.0862439 - Documento de identificação informado: 004.842.459-53 - DATE_ATOM: 2022-04-01T15:58:04-03:00

01 Apr 2022, 15:59:24

EDUARDO VIEIRA FERRARI **Assinou** (11217618-a769-43f4-aaaf-99512ee96c69) - Email: eduardo.ferrari@unilos.coop.br - IP: 189.4.75.23, 177.39.96.180 (porta: 57614) - Geolocalização: -27.4251997 -48.4410386 - Documento de identificação informado: 540.942.759-91 - DATE_ATOM: 2022-04-01T15:59:24-03:00

01 Apr 2022, 16:02:28

UWE STORTZ **Assinou** (e54c8eda-47d3-48e9-8866-9bcd434ec700) - Email: uwe@civia.coop.br - IP: 177.200.204.116, 177.39.96.180 (porta: 20504) - Geolocalização: -23.560192 -46.6518016 - Documento de identificação informado: 452.489.319-91 - DATE_ATOM: 2022-04-01T16:02:28-03:00

01 Apr 2022, 16:22:30

JERSON VIVIAN **Assinou** (f1747c3d-4086-42ab-ae3d-0487ffa9a7d7) - Email: jersonv@gmail.com - IP: 187.84.162.133 (187-84-162-133.beltraonet.com.br porta: 48464) - Geolocalização: -26.0797521 -53.0521643 - Documento de identificação informado: 708.806.709-91 - DATE_ATOM: 2022-04-01T16:22:30-03:00

01 Apr 2022, 17:01:28

GILBERTO RONCHI **Assinou** (fd154908-aa54-4902-890c-521a4a6a23b5) - Email: gilberto@contabilidadeguaramirim.com.br - IP: 179.223.196.54 (b3dfc436.virtua.com.br porta: 12172) - Geolocalização: -26.4735735 -49.0003706 - Documento de identificação informado: 904.831.039-34 - DATE_ATOM:

(Handwritten marks)



5 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 08 de abril de 2022, 11:21:09



2022-04-01T17:01:28-03:00

01 Apr 2022, 17:14:02

CONRADO ODEBRECHT FILHO **Assinou** (4b14b392-2bfb-4588-8a7d-8cec7c524bc0) - Email: conrado@acredi.coop.br - IP: 179.129.14.99, 177.39.96.180 (porta: 42092) - Documento de identificação informado: 020.198.769-49 - DATE_ATOM: 2022-04-01T17:14:02-03:00

04 Apr 2022, 07:11:05

LEOCÁDIO MENEGHELLI **Assinou** (789e3858-9408-48bd-8949-addb06994505) - Email: leocadio.meneghelli@viacredialtovale.coop.br - IP: 177.101.109.244 (dynamic-177-101-109-244.tpa.net.br porta: 16996) - Geolocalização: -27.0603492 -49.5375123 - Documento de identificação informado: 310.285.519-91 - DATE_ATOM: 2022-04-04T07:11:05-03:00

04 Apr 2022, 10:07:43

DIC FREIRE **Assinou** - Email: dicfreire@bridgewithbrazil.com - IP: 143.255.96.187 (143-255-96-187.sulonline.net porta: 54396) - Documento de identificação informado: 331.875.411-00 - DATE_ATOM: 2022-04-04T10:07:43-03:00

04 Apr 2022, 10:52:28

ARI RABAIOLLI **Assinou** (5e355a10-7bf7-4fce-8b7b-fed07437fddb) - Email: ari@aceville.com.br - IP: 186.240.2.103 (186-240-2-103.user3p.veloxzone.com.br porta: 33174) - Geolocalização: -20.1627529 -43.95518 - Documento de identificação informado: 219.266.899-68 - DATE_ATOM: 2022-04-04T10:52:28-03:00

04 Apr 2022, 16:14:14

CARLOS AUGUSTO RATH DE OLIVEIRA **Assinou** (eeab253b-5849-4151-be13-bd45977d2e0b) - Email: carlosrath11@gmail.com - IP: 189.115.58.102 (189.115.58.102.static.host.gvt.net.br porta: 6284) - Geolocalização: -27.43575 -48.4764124 - Documento de identificação informado: 199.264.300-82 - DATE_ATOM: 2022-04-04T16:14:14-03:00

05 Apr 2022, 08:41:40

VAGNER JOÃO SAGÁS **Assinou** (028bbc13-89d9-41c3-a40b-0ef15ea54d83) - Email: vagnerjsagas@yahoo.com.br - IP: 179.162.103.134 (179.162.103.134.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 45342) - Documento de identificação informado: 003.395.259-08 - DATE_ATOM: 2022-04-05T08:41:40-03:00

08 Apr 2022, 11:14:17

GELASIO GOMES **Assinou** (7f1c4619-5e8f-42ad-93b4-92b66167403b) - Email: gomesgelasio71@gmail.com - IP: 189.4.78.137 (bd044e89.virtua.com.br porta: 59250) - Geolocalização: -27.59587540840916 -48.54104235463332 - Documento de identificação informado: 029.927.109-97 - DATE_ATOM: 2022-04-08T11:14:17-03:00

Hash do documento original

(SHA256):fc4da668d5eb6c0863b701dece91737c8a8dbbe8389a9a878ec2775ca8954d70
 (SHA512):0338243fb165cca375b64ec8ee55c7895ca04da9498de46202dd1500b5ea32fafcd66ee444ce1f9adc1ab73eb112eaa75ef0bfd426fed0b3944633234bd7be5c

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjXY3M0C9fLer1tupHgq6chave2=Ug9cwwspn_-cKj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 05989926936-MAYARA CAROLINA WARMLING SCHRAMM STRUBE

1 ATA Nº 260 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE
2 ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO - AILOS, CNPJ Nº
3 05.463.212/0001-29, NIRE/JUCESC 4240001828-9, REALIZADA EM 28/01/2022.

4 Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 09h, reuniram-se
5 extraordinariamente, na sede da Central Ailos, localizada na Rua General Osório, nº 1.180 – Bairro
6 Velha, em Blumenau/SC, CEP 89.041-002, os membros do Conselho de Administração a seguir
7 relacionados, em atendimento ao inciso I, art. 43, do Estatuto Social: Moacir Krambeck, Gelásio
8 Gomes, Uwe Stortz, Ari Rabaiolli, Carlos Augusto Rath de Oliveira, Conrado Odebrecht Filho, Dic
9 Freire, Eduardo Vieira Ferrari, Maria Izabel Pinheiro Sandri, Gilberto Ronchi, Jerson Vivian, Leocádio
10 Meneghelli e Vagner João Sagas. **Como primeiro ponto**, atendendo à solicitação da chapa única,
11 concorrente ao Conselho de Administração (mandato 2022-2026), este Conselho escolheu para
12 compor a Diretoria Executiva, com mandato até a posse dos que forem escolhidos reunião do
13 Conselho de Administração de 2026, as pessoas a seguir relacionadas: **Diretor Executivo: Ivo**
14 **José Bracht**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 469.162.459-72, portador
15 da Carteira de Identidade nº 1.413.220 – SSP/SC – emissão em 18/03/2009, nascido em
16 17/03/1963, residente e domiciliado na Rua Xavantes, nº 33, bairro Água Verde, em Blumenau/SC,
17 CEP 89.042-050; **Diretor de Riscos e Controladoria: Marcio Alexandre Obata Queiroz**,
18 brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº 112.343.388-74, portador da Carteira
19 de Identidade nº 21.475.471-6 – SSP/SP – emissão em 17/12/2013, nascido em 11/01/1971,
20 residente e domiciliado na Rua Hermann Spornau, nº 60, apartamento 3.033, bairro Água Verde,
21 em Blumenau/SC, CEP 89.037-506; **Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços: Helio**
22 **Cordeiro Mariano**, brasileiro, casado, analista de sistemas, inscrito no CPF sob o nº 165.779.548-
23 95, portador da Carteira de Habilitação nº 01282368167 – DETRAN/SC – emissão em 17/09/2020,
24 nascido em 20/05/1974, residente e domiciliado na Rua Past Stutzer, nº 80, apartamento 1.203,
25 bairro Jardim Blumenau, em Blumenau/SC, CEP 89.010-390; **Diretor Financeiro e**
26 **Administrativo: Renato Ribeiro Pescara**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob
27 o nº 083.434.928-03, portador da Carteira de Identidade nº 18.415.282-3 – SSP/SP – emissão em
28 18/06/2010, nascido em 05/04/1965, residente e domiciliado na Rua São Leopoldo, nº 152,
29 apartamento 1.403, bairro Vila Nova, em Blumenau/SC, CEP 89.010-000 e **Diretor de Operações**
30 **e Produtos: Adelino Sasse**, brasileiro, casado, administrador, nascido em 10/06/1966, inscrito no
31 CPF sob o nº 557.812.419-49, portador da Carteira de Identidade nº 1.580.913 – SSP/SC – emissão
32 em 01/07/2015, residente e domiciliado na Rua Franz Hadlich, nº 195, bairro Velha Central, em
33 Blumenau/SC, CEP nº 89.040-180. **Como segundo ponto**, os Diretores escolhidos declaram que
34 não estão impedidos por lei ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso
35 a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou
36 contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, contra o Sistema Financeiro Nacional,
37 contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, bem como, não ser
38 parente dos demais membros eleitos até o segundo grau, em linha reta ou colateral. O Presidente
39 declarou ainda que os escolhidos não têm antecedentes criminais e que desconhece fatos
40 desabonadores à sua conduta. **Como terceiro ponto**, o Presidente declarou que a posse dos novos
41 Diretores ocorrerá após a homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil e consequente
42 arquivamento dos atos na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a
43 tratar, encerrou-se os trabalhos, sendo lavrada a presente Ata e transcrita por meio eletrônico, que
44 após lida, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente, em nome dos demais membros
45 deste Conselho acima relacionados, conforme por estes deliberado. Para fins de registro na Junta
46 Comercial de Santa Catarina, o documento será assinado digitalmente por uma das procuradoras,
47 quais sejam: Mayara Carolina Warmling Schramm Strube, brasileira, casada, advogada, nascida

1

D4Sign 2401a914-d28d-4dd5-a957-e20e16937d5e - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 16/03/2022

Arquivamento 20226142450 Protocolo 226142450 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148048445753046

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022



[Handwritten signatures]



48 em 27/01/1987, inscrita no CPF nº 059.899.269-36, portadora da Carteira de Identidade
 49 Profissional nº 30.198 – OAB/SC; Jaqueline Leite Moreira Verdi, brasileira, casada, advogada,
 50 nascida 03/10/1988, inscrita no CPF nº 057.674.039-02, portadora da Carteira de Identidade
 51 Profissional nº 32.291 – OAB/SC; ou Sabrina de Andrade Azevedo Carvalho, brasileira, casada,
 52 advogada, nascida em 02/03/1988, inscrita no CPF nº 064.298.089-63, portadora da Carteira de
 53 Identidade Profissional nº 30.880 – OAB/SC; todas com endereço profissional na Rua General
 54 Osório, nº 1.180, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

55
 56 Blumenau/SC, 28 de janeiro de 2022.

57
 58

59 **Moacir Krambeck**

60 Presidente

61 *[p. p. Jaqueline Leite Moreira Verdi, Mayara Carolina Warmling Schramm Strube ou Sabrina de*
 62 *Andrade Azevedo Carvalho]*

2

D4Sign 2401a914-d28d-4dd5-a957-e20e16937d5e - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
 Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 16/03/2022

Arquivamento 20226142450 Protocolo 226142450 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148048445753046

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022



3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 01 de fevereiro de 2022,
 11:35:51

ntp.br

AILOS Ata CA 260 28012022 ext - Moacir pdf
 Código do documento 2401a914-d28d-4dd5-a957-e20e16937d5e



Assinaturas



Moacir Krambeck
 moacir@ailos.coop.br
 Assinou

Eventos do documento

01 Feb 2022, 08:33:56

Documento 2401a914-d28d-4dd5-a957-e20e16937d5e **criado** por PAOLA CAROLINE BACK LINHARES (df465ca9-990f-4bc2-b370-c6580057e5be). Email:secretariagovernanca@ailos.coop.br. - DATE_ATOM: 2022-02-01T08:33:56-03:00

01 Feb 2022, 08:39:43

Assinaturas **iniciadas** por PAOLA CAROLINE BACK LINHARES (df465ca9-990f-4bc2-b370-c6580057e5be). Email: secretariagovernanca@ailos.coop.br. - DATE_ATOM: 2022-02-01T08:39:43-03:00

01 Feb 2022, 10:47:44

MOACIR KRAMBECK **Assinou** (ffb553ce-2e42-4e0e-91c6-ea1c1b7e3b49) - Email: moacir@ailos.coop.br - IP: 186.212.88.61 (186.212.88.61.static.host.gvt.net.br porta: 58602) - Geolocalização: -26.9069904 -49.0862745 - Documento de identificação informado: 004.842.459-53 - DATE_ATOM: 2022-02-01T10:47:44-03:00

Hash do documento original

(SHA256):b05a5030cfe31c3fb1791630b9d510ac9d1aca361493bcfd2243980e6f9468ad
 (SHA512):d325ff5ef91212f63424a6bccdcfc09ed78b6667e1c998c2d6b763d897054d1d02af0dd8889f08a739a92c31f3be9e0cd836a1efa763f22baab98d65d0684d21

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 16/03/2022

Arquivamento 20226142450 Protocolo 226142450 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148048445753046

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022

4
 J. B.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 5.621/2022-BCB/Deorf/GTPAL
Processo 0000204944

Porto Alegre, 11 de março de 2022.

À
Cooperativa Central de Crédito - Ailos

A/C do Senhor
Ivo José Bracht - Diretor Executivo

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de janeiro de 2022:

- a) Eleição dos membros da Diretoria Executiva, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que suceder à Assembleia Geral Ordinária de 2026:

CPF	Nome	Cargo
469.162.459-72	Ivo José Bracht	Diretor Executivo
557.812.419-49	Adelino Sasse	Diretor de Operações e Produtos
165.779.548-95	Hélio Cordeiro Mariano	Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços
112.343.388-74	Marcio Alexandre Obata Queiroz	Diretor de Riscos e Controladoria
083.434.928-03	Renato Ribeiro Pescara	Diretor Financeiro e Administrativo

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias úteis contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Sisorf 5.7.70.

3. A propósito, em cumprimento ao contido no artigo 2º, § 2º, da Resolução BCB nº

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em Porto Alegre (GTPAL)
E-mail: gtpal.deorf@bcb.gov.br



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 16/03/2022

Arquivamento 20226142450 Protocolo 226142450 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148048445753046

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022

[Handwritten signature]

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

108, de 24 de junho de 2021, comunicamos que o prazo para análise e decisão do pleito é de 60 dias, contados da data do protocolo.

Atenciosamente,

Paulo Renato Carneiro Abrahão
Gerente-Técnico

Diego da Rosa Real
Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em Porto Alegre (GTPAL)
E-mail: gtpal.deorf@bcb.gov.br

2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 16/03/2022

Arquivamento 20226142450 Protocolo 226142450 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148048445753046

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022

Handwritten signatures in blue ink.



226142450

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS
PROTOCOLO	226142450 - 22/03/2022
ATO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
EVENTO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

MATRIZ

NIRE 42400018289
 CNPJ 05.463.212/0001-29
 CERTIFICO O REGISTRO EM 22/03/2022
 SOB N: 20226142450

EVENTOS

219 - ELEICAO/DESTITUIÇÃO DE DIRETORES ARQUIVAMENTO: 20226142450

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 05989926936 - MAYARA CAROLINA WARMLING SCHRAMM STRUBE - Assinado em 21/03/2022 às 15:17:45



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 22/03/2022 Data dos Efeitos 16/03/2022

Arquivamento 20226142450 Protocolo 226142450 de 22/03/2022 NIRE 42400018289

Nome da empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 148048445753046

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

22/03/2022



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.463.212/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/12/2002
NOME EMPRESARIAL COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CENTRAL AILOS	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.24-7-02 - Cooperativas centrais de crédito		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 214-3 - Cooperativa		
LOGRADOURO R GENERAL OSORIO	NÚMERO 1180	COMPLEMENTO *****
CEP 89.041-002	BAIRRO/DISTRITO VELHA	MUNICÍPIO BLUMENAU
UF SC	ENDEREÇO ELETRÔNICO AILOS@AILOS.COOP.BR	
TELEFONE (47) 3231-4646/ (47) 3231-4666		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

24/10/23, 17:43

Emitido no dia 24/10/2023 às 17:42:48 (data e hora de Brasília).

about:blank

Página: 1/1

496





Secretaria da Fazenda

Diretoria de Receita

Gerência de Cobrança

www.blumenau.sc.gov.br**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO****Nome: AILOS****CPF/CNPJ: 05.463.212/0001-29****CMC: 73883****Endereço: GENERAL OSORIO 1180, CENTRAL AILOS, VELHA, BLUMENAU - SC, CEP 89041-002**

Para fins de LICITAÇÃO.

Certificamos, nos termos do Artigo 2º do Decreto N° 9.101 de 29/01/2010, que inexistente débito impeditivo para a expedição desta Certidão em nome do contribuinte acima identificado, ressalvado ao Município de Blumenau o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser apurada.

A presente Certidão Negativa de Débito, tem validade pelo prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição. Esta certidão refere-se a débitos municipais.

Número de Certidão: 130428011231

Assinatura Digital: A78B07011224BA8780529157D00CA13E

Data/Hora Emissão: 20/11/2023 12:49:10

Data Validade: 18/05/2024

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço <http://www.blumenau.sc.gov.br/cidadao>



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS**
CNPJ/CPF: **05.463.212/0001-29**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **230140351974934**
Data de emissão: **20/11/2023 12:52:22**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **18/05/2024**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 20/11/2023 12:52:19

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 20/11/2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS
CNPJ: 05.463.212/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:59:09 do dia 20/11/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/05/2024.

Código de controle da certidão: **3884.3D66.C80F.9720**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

f
f l

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.463.212/0001-29
Razão Social: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO AILOS
Endereço: R FREI ESTANISLAU SCHAEETTE 1201 / AGUA VERDE / BLUMENAU / SC / 89037-003

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/12/2023 a 23/01/2024

Certificação Número: 2023122500560213947107

Informação obtida em 27/12/2023 15:29:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.463.212/0001-29
Certidão n°: 65635839/2023
Expedição: 20/11/2023, às 12:58:02
Validade: 18/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **05.463.212/0001-29**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 1335211
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO - AILOS

Raiz do CNPJ: 05.463.212

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : BLUMENAU

Endereço da sede : Rua General Osorio, 1180

Certidão emitida às 17:26 de 20/12/2023.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.





BANCO CENTRAL DO BRASIL

CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO - AILOS (CNPJ 05.463.212/0001-29) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Cooperativa de Crédito**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie e credenciada como participante do PIX.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 18:17:24 do dia 25/10/2023, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: npvzhXH8fPIXrJnDqdmc

Certidão emitida gratuitamente.

f
f
e



Secretaria da Fazenda
Diretoria de Receita

www.blumenau.sc.gov.br

ALVARÁ - 2023⁵⁰⁴
Alvará de Localização e Instalação

CONCEDIDO A AILOS		CMC 73883
NATUREZA JURÍDICA 2143 - COOPERATIVA	ÁREA UTILIZADA (m²) 6612,23	
PARA ESTABELECEER NA RUA GENERAL OSORIO, 1180,CENTRAL AILOS, VELHA, 89041-002		
ATIVIDADE PRINCIPAL CNAE: 6424-7/02 - COOPERATIVAS CENTRAIS DE CRÉDITO, SD		
DATA DE EMISSÃO: 12/04/2023	VÁLIDO ATÉ: 30/04/2024	

ATIVIDADE SECUNDÁRIA CNAE: 8630-5/03 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS, AF

Tipo da empresa MATRIZ	CNPJ 05.463.212/0001-29	REGIME DE TRIBUTAÇÃO Normal	INÍCIO DA ATIVIDADE 21/07/2003
---------------------------	----------------------------	--------------------------------	-----------------------------------

OBRIGATÓRIA A FIXAÇÃO DO ALVARÁ EM LOCAL VISÍVEL.	DATA DO PAGAMENTO DA TAXA DE LICENÇA: 10/04/2023
--	---

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: aeaba256745531

DOCUMENTO VÁLIDO PARA FUNCIONAR SE ATENDIDOS OS DISPOSITIVOS LEGAIS

1. Lei Estadual N° 16.157/2013 e Decreto Estadual N° 1.957/2013.
2. Lei complementar municipal N° 751/2010 - Código de Zoneamento, uso e ocupação do Solo
3. Lei Municipal N° 2.047/1974 - Código de Posturas Municipais.
4. Lei Complementar Municipal N°84/1995 - Código Municipal de Saúde.
5. Lei Complementar Municipal N° 747/2010 - Código Municipal de Meio Ambiente

SIGLAS

AF = Atendimento/Funcionários	CT = Centro de treinamento	PD = Centro de processamento de dados
AL = Almoarifado	DF = Depósito Fechado	PE = Ponto de exposição
AT = Antena de transmissão	EA = Escritório administrativo	SD = Sede
CB = Unidade de abastecimento de combustíveis	GM = Garagem	UA = Unidade de atendimento avançada
CE = Caixa eletrônico	OF = Oficina de reparação	UE = Unidades de ensino

Handwritten signature in blue ink.

ANEXO III

DECLARAÇÃO UNIFICADA

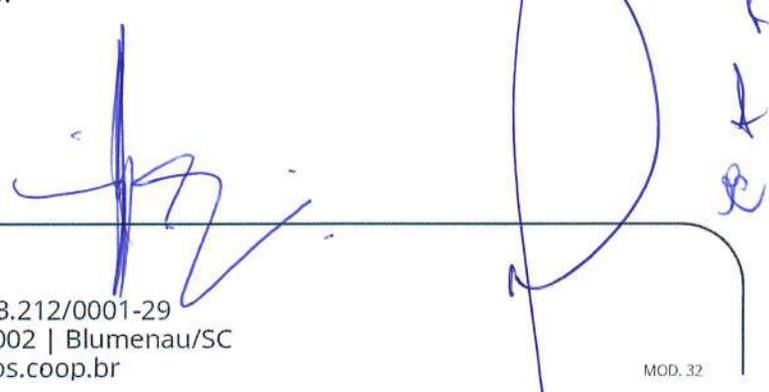
À Comissão Permanente de Licitação

Pelo presente instrumento, a empresa COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO AILOS, sociedade devidamente constituída, nos termos da legislação em vigor, com endereço na à Rua General Osório, nº 1180, no Município de Blumenau/SC, CEP 89.041-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 05.463.212/0001-29, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o Sr. Marcio Alexandre Obata, Diretor de Riscos e Controladoria, portador da carteira de identidade RG nº 21.475.471-6 e inscrito(a) no CPF sob nº 112.343.388-74 e Sr. Renato Ribeiro Pescara, Diretor de Crédito e Financeiro, portador da carteira de identidade RG nº 18.415.282-3 e inscrito(a) no CPF sob nº 083.434.928-03), responsáveis pela assinatura do Contrato.
- 4) Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.
- 5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
- 6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: convenios@ailos.coop.br

Telefone: (47) 3231-4121



7) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8) Nomeamos e constituímos a Senhora Karina Aragão, portador(a) do CPF/MF sob n.º 005.807.239-09, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do Contrato, referente ao Chamamento Público n.º 003/2023 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

Blumenau, 15 de dezembro de 2023.



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO - AILOS
CNPJ: 05.463.212/0001-29

Nome: Marcio Alexandre Obata
Cargo: Diretor de Riscos e Controladoria
RG: 21.475.471-6 – SSP/SC
CPF: 112.343.388-74

Nome: Renato Ribeiro Pescara
Cargo: Diretor de Crédito e Financeiro
RG 18.415.282-3 – SSP/SP
CPF: 083.434.928-03

CENTRAL
AILOS



EXPRESSA

2137 / 68498357 Peso

SEDEX

T1872179172BR



A

Documento:

INHO

ÁRIO

Município de Marmeleiro A/C Setor de Licitações -

255, Paço Municipal

CSC 1717355

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO
EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 003/2023
DOCUMENTAÇÃO
CENTRAL DE CRÉDITO AILOS
212/0001-29

MARMELEIRO / PR

Brasil

CPF/CNPJ: 76205665000101

Obs: Deise Regina de Amorim CSC1717355

CENTRAL DE CREDITO

Deise Regina de Amorim
R. OSORIO, 1180, VELHA

BLUMENAU / SC

TTO

ro, Marmeleiro – Paraná, CEP: 85.615-000

Cooperativa Central de Crédito – Ailos

Rua General Osório, 1180, Velha, CEP: 89041-003, Blumenau/SC

Remetente:

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO AILOS

CNPJ: 05.463.212/0001-29

Rua General Osório, nº 1180

Bairro: Velha

CEP: 89041-002

Blumenau / SC

Fone: (47) 3231-7849

Setor de Convênios - A/C Deise Regina de Amorim

E-mail: deise.amorim@ailos.coop.br/ convenios@ailos.coop.br